

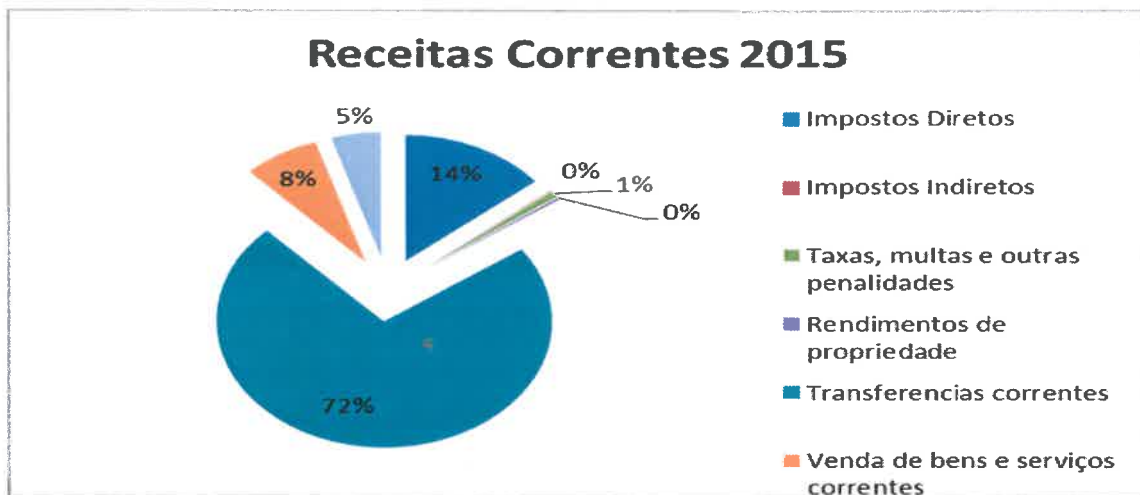


Gráfico 6 - Receita corrente

No ano de 2015 o total das receitas correntes tiveram uma taxa de execução superior a 98%. As receitas correntes são provenientes em grande parte da classificação 06 (transferências correntes) onde esta representa mais de 72% do valor da receita cobrada líquida. Além das transferências correntes, os impostos diretos cobrados pelo município também representam um valor de 14%. No ano de 2015 os impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades e outras receitas correntes superaram as previsões iniciais e corrigidas.

Estrutura dos impostos diretos ano 2015

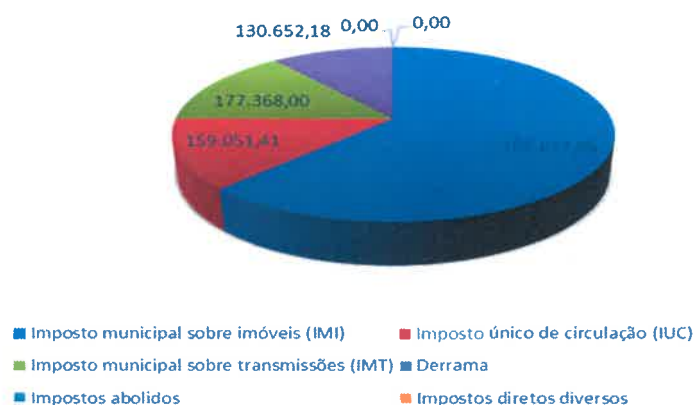


Gráfico 7- Estrutura de impostos diretos



O imposto municipal sobre imóveis (IMI) tem o maior peso no apuramento dos impostos diretos, este representa 62% do total apurado.

Estrutura das transferências correntes 2015

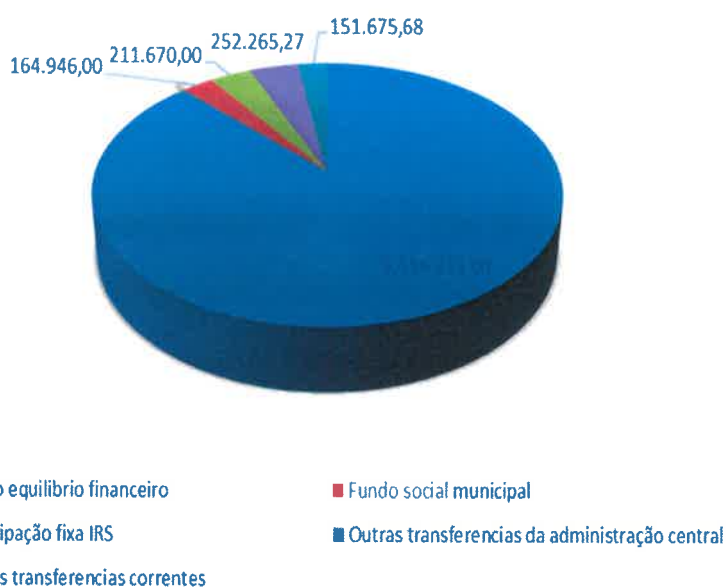


Gráfico 8 - Estrutura das transferências correntes

Podemos visualizar nos gráficos e tabela anteriores que o município é bastante dependente das receitas provenientes do orçamento de estado. Do total das receitas, 57 % correspondem a transferências do fundo de equilíbrio financeiro.

5.1.2. Receitas de capital

Receitas Capital					
Composição		Previsões corrigidas	Valor executado	Taxa de execução	% Execução
09	Impostos Diretos	26 350,00	27 702,91	105,13%	2,75%
10	Impostos Indiretos	1 058 767,00	980 632,00	92,62%	97,25%
11	Ativos financeiros	100,00	0,00		
13	Rendimentos de propriedade	300,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas Capital		1 085 517,00	1 008 334,91	92,89%	100,00%

Tabela 7 - Receita de capital

[Handwritten signature]

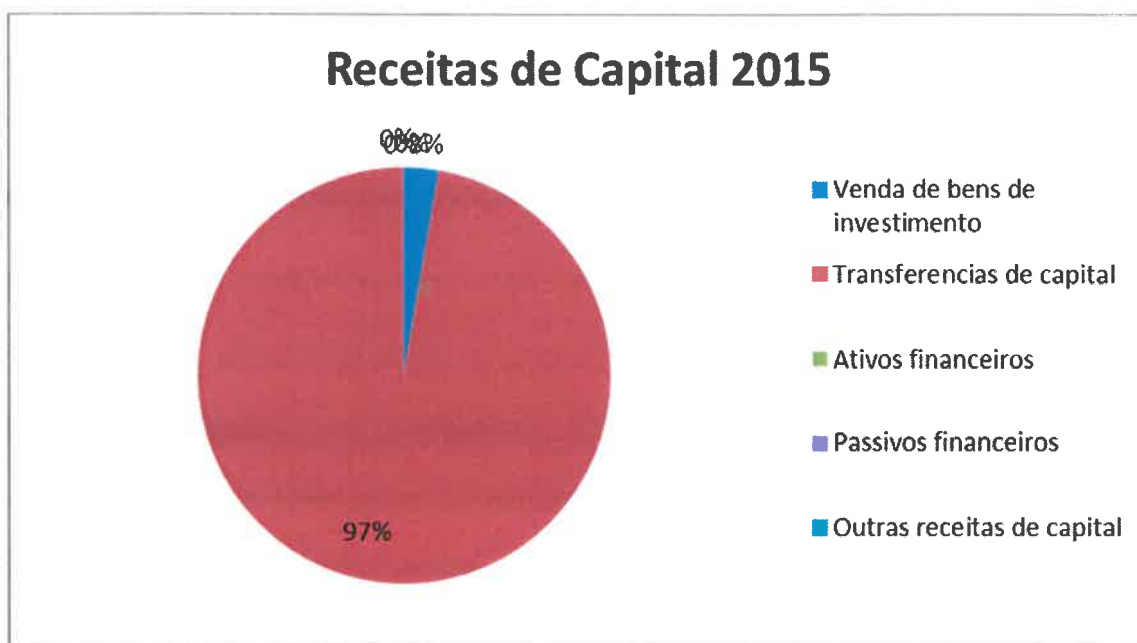


Gráfico 9 - Receita de capital

No que respeita às receitas de capital do município, estas são quase exclusivamente dependentes dos impostos indiretos, ou seja, do fundo de equilíbrio financeiro da sua componente de capital. Estes representam mais de 97% do total das receitas cobradas líquidas. Os restantes 3% correspondem à venda de bens de investimento.

[Handwritten signature]

5.1.3. Evolução das receitas

Execução orçamental das receitas cobrada							
Ano	2012	2013	2014	2015	Var % (2015-2014)	Var % (2015-2013)	Var % (2015-2012)
Impostos Diretos	1 372 768,86	1 096 984,33	1 300 417,09	1 232 899,55	-5,19%	12,39%	-10,19%
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	492 222,26	664 394,00	758 635,59	765 827,96	0,95%	15,27%	55,59%
Imposto único de circulação (IUC)	136 381,95	189 891,01	182 170,19	159 051,41	-12,69%	-16,24%	16,62%
Imposto municipal sobre transmissões (IMT)	602 304,34	134 779,54	242 711,62	177 368,00	-26,92%	31,60%	-70,55%
Derrama	141 860,31	107 919,26	116 899,69	130 652,18	11,76%	21,06%	-7,90%
Impostos abolidos	0,00	0,52	0,00	0,00	0,00%	-100,00%	0,00%
Impostos diretos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Impostos indiretos	1 424,27	3 422,15	5 412,58	9 437,50	74,36%	175,78%	562,62%
Taxas, multas e outras penalidades	31 992,81	42 781,30	13 958,54	70 187,57	402,83%	64,06%	119,39%
Rendimentos de propriedade	19 348,32	19 578,19	19 736,52	26 255,92	33,03%	34,11%	35,70%
Venda de bens e prestação de serviços corrente	765 768,06	515 819,21	644 444,14	650 317,91	0,91%	26,07%	-15,08%
Transferencias correntes	4 650 903,18	5 901 972,21	6 311 604,79	6 337 469,95	0,41%	7,38%	36,26%
Fundo equilíbrio financeiro	3 876 665,00	5 168 889,00	5 642 718,00	5 556 913,00	-1,52%	7,51%	43,34%
Fundo social municipal	130 690,00	130 690,00	130 690,00	164 946,00	26,21%	26,21%	26,21%
Participação fixa IRS	146 170,00	146 170,00	151 913,00	211 670,00	39,34%	44,81%	44,81%
Outras transferencias da administração central	324 864,34	263 288,79	222 946,56	252 265,27	13,15%	-4,19%	-22,35%
Outras transferencias correntes	172 513,84	192 934,42	163 337,23	151 675,68	-7,14%	-21,38%	-12,08%
Outras receitas correntes	377 329,59	324 899,75	296 319,20	425 442,76	43,58%	30,95%	12,75%
Total da receita corrente	7 219 535,09	7 905 457,14	8 591 892,86	8 752 011,16	1,86%	10,71%	21,23%
Venda de bens de investimento	14 208,50	18 730,02	23 092,45	27 702,91	19,97%	47,91%	94,97%
Transferencias de capital	3 282 173,77	2 495 402,54	849 191,73	980 632,00	15,48%	-60,70%	-70,12%
Fundo equilíbrio financeiro	2 584 448,00	1 292 224,00	626 969,00	980 632,00	56,41%	-24,11%	-62,06%
Outras transferencias da administração central	32 920,08	4 388,09	0,00	0,00	0,00%	-100,00%	-100,00%
Fundos comunitários	664 805,69	1 198 790,45	222 222,73	0,00	-100,00%	-100,00%	-100,00%
Outras transferencias de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Ativos financeiros	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	-100,00%
Passivos financeiros	640 000,00	4 425 409,17	0,00	0,00	0,00%	-100,00%	-100,00%
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total da receita de capital	3 936 882,27	6 939 541,73	872 284,18	1 008 334,91	15,60%	-85,47%	-74,39%
Outras receitas	5 854,45	1 965,91	122,05	4 774,09	3811,59%	142,84%	-18,45%
Receita total	11 162 271,81	14 846 964,78	9 464 299,09	9 765 120,16	3,18%	-34,23%	-12,52%

Tabela 8 - Execução orçamental da receita cobrada

No comparativo da execução orçamental das receitas, entre o ano de 2012 até ao ano de 2015, pode-se afirmar que a receita corrente tem vindo a aumentar sistematicamente ao longo dos anos. No ano de 2012 a receita corrente aumentou em cerca de 21,07%, Os anos de 2013 e 2014 tiveram aumentos de 10,71% e 1,86% respetivamente.

Para este aumento contribuiu o aumento do imposto municipal sobre imóveis e o fundo equilíbrio financeiro (componente corrente).



Pelo contrário a receita de capital tem vindo a perder peso no total da receita. A receita de capital obtida no ano de 2015 apesar de superior ao ano de 2014 tem um valor bastante baixo quando comparada com os outros dois anos analisados.

A componente de capital do fundo equilíbrio financeiro também tem sofrido uma diminuição significativa face aos anos de 2012 e 2013 (-62,06% 2015-2012; -24,11% 2015-2013). Relativamente ao ano de 2014 a receita de capital do FEF cresceu 56,41%.

Finalizando com uma análise à receita total do ano de 2015, o município da Chamusca aumentou a receita total face ao período anterior, no entanto, quando comparado com o ano de 2013 e 2012 a receita total foi inferior. No ano de 2015 o município teve uma receita inferior face a 2013 (-5.081.844,62€), e em 2012 (-1.397.151,65€), justificadamente, uma vez que o município não obteve qualquer transferência de capital proveniente de fundos comunitários ou quaisquer empréstimos no exercício.

5.2. Orçamento da despesa

5.2.1. Despesas correntes

Despesas Correntes 2015					
Composição		Provisões corrigidas	Valor executado (pago)	Tx de execução	Percentagem
01	Despesas com pessoal	3 574 800,00	2 999 171,91	83,90%	46,52%
02	Aquisição de bens e serviços	3 349 483,81	2 224 312,72	66,41%	34,50%
03	Juros e outros encargos	76 020,80	66 544,65	87,53%	1,03%
04	Transferências Correntes	1 361 862,81	1 063 536,53	78,09%	16,50%
06	Outras despesas correntes	118 632,00	93 281,07	78,63%	1,45%
Total das despesas correntes		8 480 799,42	6 446 846,88	76,02%	

Tabela 9 - Despesa corrente



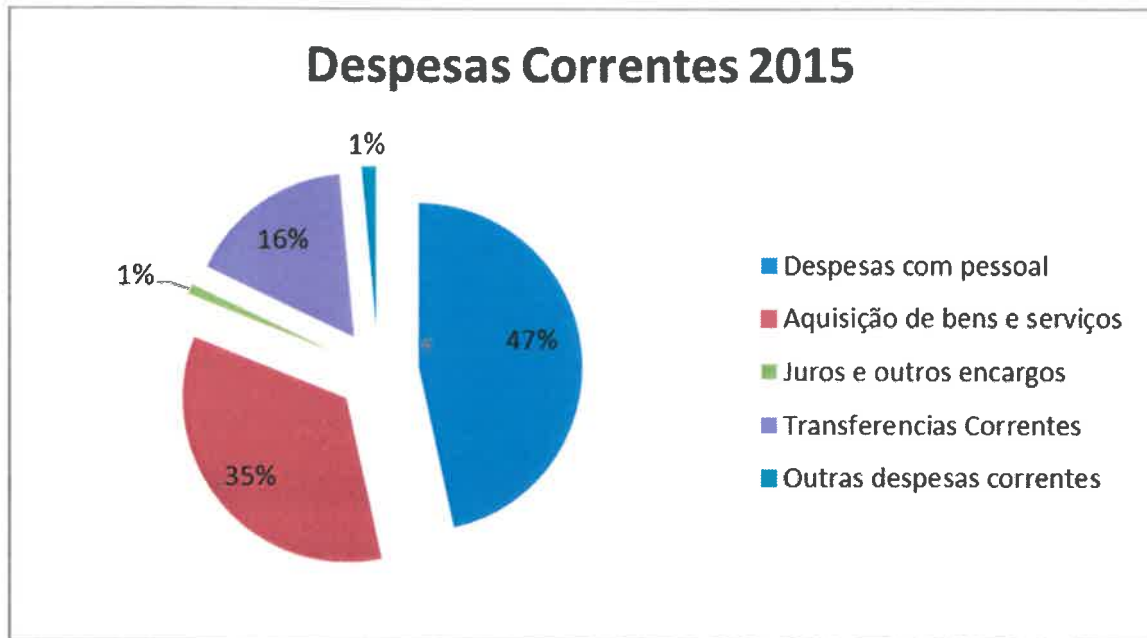


Gráfico 10 - Despesa corrente

A execução das despesas correntes apresentou uma taxa de 76,02% face às provisões existentes.

As despesas com pessoal apresentam uma fatia significativa das despesas correntes no ano de 2015, representando quase metade das mesmas.

A aquisição de bens e serviços apesar de ter a taxa de execução mais baixa dos elementos correntes analisados, corresponde a mais de 34% dos custos correntes.

5.2.2. Despesas de capital

Despesas de Capital 2015					
	Composição	Provisões corrigidas	Valor executado	Tx de execução	Percentagem
07	Aquisição de bens de investimento	1 545 413,44	1 022 564,14	66,17%	41,49%
08	Transferências de capital	653 019,20	601 804,68	92,16%	24,42%
09	Ativos financeiros	82 319,00	82 319,00	100,00%	3,34%
10	Passivos financeiros	751 289,00	751 288,30	100,00%	30,49%
11	Outras despesas de Capital	6 440,00	6 440,00	100,00%	0,26%
	Total das despesas correntes	3 038 480,64	2 464 416,12	81,11%	

Tabela 10 - Despesas de capital



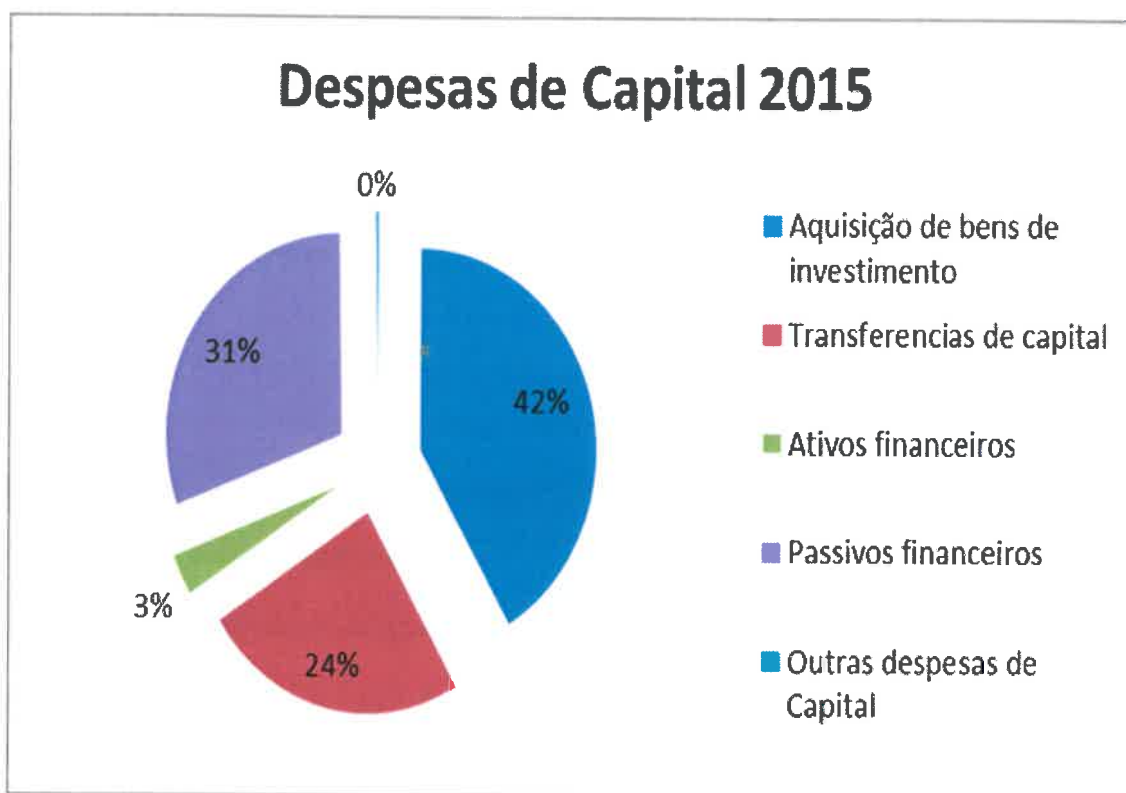


Gráfico 11 - Despesas de capital

As despesas de capital apresentam uma taxa de execução mais elevada devido à execução na totalidade dos ativos financeiros, passivos financeiros e outras despesas de capital.

A aquisição de bens de investimento apresentou uma taxa de execução de 66,17%, sendo que esta era a que tinha a previsão mais elevada, condicionando a taxa de execução global superior.



5.2.3. Evolução das despesas

Evolução orçamental da despesa							
Ano	2012	2013	2014	2015	Var % (2015-2014)	Var % (2015-2013)	Var % (2015-2012)
Despesas correntes							
Despesas com pessoal	3 099 996,05	3 343 797,68	3 100 977,85	2 999 171,91	-3,28%	-10,31%	-3,25%
Aquisição de bens e serviços	2 735 221,77	3 285 786,01	2 139 049,69	2 224 312,72	3,99%	-32,31%	-18,68%
Juros e outros encargos	303 842,43	144 990,23	82 706,11	66 544,65	-19,54%	-54,10%	-78,10%
Transferências Correntes	638 523,22	501 564,44	647 991,08	1 063 536,53	64,13%	112,04%	66,56%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras despesas correntes	295 265,77	382 643,04	157 571,97	93 281,07	-40,80%	-75,62%	-68,41%
Total das Despesas Correntes	7 072 849,24	7 658 781,40	6 128 296,70	6 446 846,88	5,20%	-15,82%	-8,85%
Despesas de capital							
Aquisição de bens de capital	1 979 899,53	4 583 033,77	971 224,76	1 022 564,14	5,29%	-77,69%	-48,35%
Transferências de capital	184 567,27	887 726,84	292 380,83	601 804,68	105,83%	-32,21%	226,06%
Ativos financeiros	4 000,00	32 000,00	0,00	82 319,00		157,25%	1957,98%
Outras despesas de capital	1 813 700,20	1 441 551,37	1 083 175,66	757 728,30	-30,05%	-47,44%	-58,22%
Total das despesas de capital	3 982 167,00	6 944 311,98	2 346 781,25	2 464 416,12	5,01%	-64,51%	-38,11%
Despesa total	11 055 016,24	14 603 093,38	8 475 077,95	8 911 263,00	5,15%	-38,98%	-19,39%

Tabela 11 - Evolução orçamental da despesa

A evolução das despesas totais ou desagregadas (capital e correntes), quando comparado o ano de 2015 com os anos de 2013 e 2012 reduziu significativamente as despesas. Comparando com o ano de 2014, a despesa corrente e de capital cresceu ligeiramente em cerca de 5%.

Os custos com pessoal no ano de 2015 foram inferiores aos três anos transatos analisados. Contribuíram em grande parte para este decréscimo a redução de pessoal e as reduções remuneratórias.

Da mesma forma, a aquisição de bens e serviços sofreu uma redução significativa quando comparados com os anos de 2013 e 2012, -€1.061.473,29 e -€510.909,05 respetivamente.

As despesas com juros e encargos tem reduzindo significativamente nos últimos anos.

As transferências correntes, pelo contrário, tiveram um aumento significativo na evolução da despesa. Os valores de aquisição de bens de capital aumentaram face ao ano de 2014, e foram inferior comparativamente aos anos de 2012 e 2013.



Quando comparado o ano de 2015 com os três anos anteriores, as transferências correntes aumentaram, assim como as transferências de capital, em grande parte, pelas transferências para as freguesias, nomeadamente com contratos interadministrativos.

5.3 Análise Global

5.3.1 Estrutura orçamental

Estrutura Orçamental		
Composição	Valor	%
Total da Receita cobrada	9 765 120,16	100%
Receitas Correntes	8 752 011,16	89,63%
Receitas de Capital	1 008 334,91	10,33%
Reposições não abatidas	4 774,09	0,47%
Total da Despesa paga	8 911 263,00	100%
Despesa Corrente	6 446 846,88	72,34%
Despesa de Capital	2 464 416,12	27,66%

Tabela 12 - Estrutura orçamental

Evolução das receitas correntes e capital cobradas e das despesas pagas em 2015									
Mês	Receitas cobradas				Despesas pagas			Diferenças	
	Correntes	Capital	Rep. N. abat.	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital
Janeiro	779 232,38	90 808,57	0,00	870 040,95	335 978,33	2 341,28	338 319,61	443 254,05	88 467,29
Fevereiro	618 037,51	82 186,89	1 895,00	702 119,40	433 438,24	75 163,17	508 601,41	184 599,27	7 023,72
Março	582 421,74	82 881,99	0,00	665 303,73	558 763,54	73 283,97	632 047,51	23 658,20	9 598,02
Abril	737 931,50	82 334,11	80,00	820 345,61	437 198,42	91 666,52	528 864,94	300 733,08	-9 332,41
Maio	1 071 869,15	82 822,76	135,39	1 154 827,30	724 659,60	384 457,59	1 109 117,19	347 209,55	-301 634,83
Junho	597 107,99	82 223,36	0,00	679 331,35	741 302,39	225 579,58	966 881,97	-144 194,40	-143 356,22
Julho	735 789,58	93 976,21	0,00	829 765,79	564 499,22	55 671,22	620 170,44	171 290,36	38 304,99
Agosto	742 754,16	82 086,32	2 663,70	827 504,18	460 454,62	41 950,08	502 404,70	282 299,54	40 136,24
Setembro	584 225,99	82 172,22	0,00	666 398,21	453 060,62	87 145,67	540 206,29	131 165,37	-4 973,45
Outubro	767 793,57	83 031,33	0,00	850 824,90	617 009,36	344 121,44	961 130,80	150 784,21	-261 090,11
Novembro	653 633,38	82 020,99	0,00	735 654,37	593 591,79	456 641,90	1 050 233,69	60 041,59	-374 620,91
Dezembro	881 214,21	81 790,16	0,00	963 004,37	526 890,75	626 393,70	1 153 284,45	354 323,46	-544 603,54
Total	8 752 011,16	1 008 334,91	4 774,09	9 765 120,16	6 446 846,88	2 464 416,12	8 911 263,00	2 305 164,28	-1 456 081,21

Tabela 13 - Evolução das receitas correntes e capital e das despesas pagas



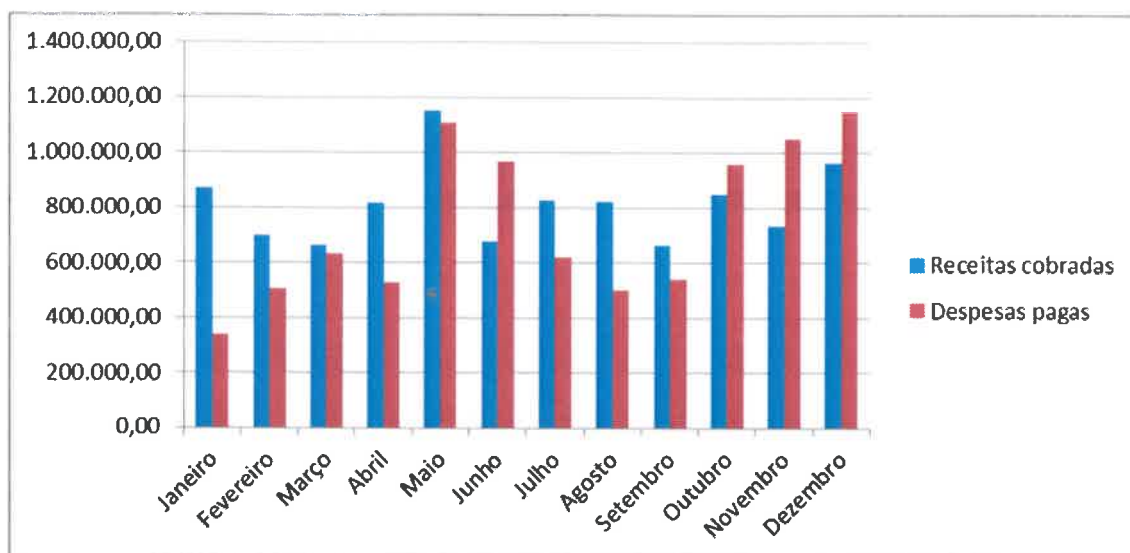


Gráfico 12 - Evolução das receitas correntes e capital e das despesas pagas

A receita cobrada foi superior à despesa paga e as receitas correntes representam quase 90% do total das receitas.

A evolução mensal da despesa paga e receita cobrada em 2015 teve os seus picos nos meses de maio e dezembro.

Evolução das receitas e das despesas				
	2012	2013	2014	2015
Despesas Totais	11 055 016,24	14 603 093,38	8 475 077,95	8 911 263,00
Despesas Correntes	7 072 849,24	7 658 781,40	6 128 296,70	6 446 846,88
Despesas de Capital	3 982 167,00	6 944 311,98	2 346 781,25	2 464 416,12
Receitas Totais	11 156 417,36	14 844 998,87	9 464 177,04	9 760 346,07
Receitas Correntes	7 219 535,09	7 905 457,14	8 591 892,86	8 752 011,16
Receitas de Capital	3 936 882,27	6 939 541,73	872 284,18	1 008 334,91

Tabela 14 - Evolução da receita e da despesa



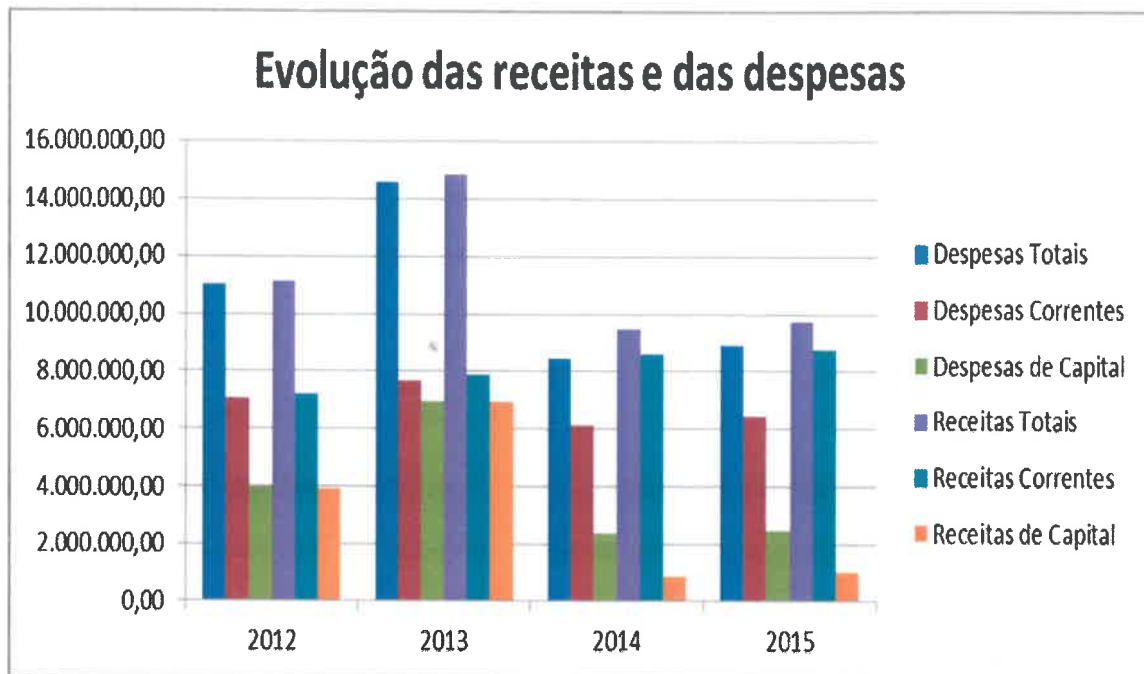


Gráfico 13 - Evolução da receita e da despesa

As receitas cobradas líquidas foram sempre superiores às despesas pagas entre os anos em análise, no entanto a partir do ano de 2014 as receitas tiveram um excedente face à despesa de 12% em 2014 e 10% em 2015.

[Handwritten signatures and marks]

5.4. Grandes opções do plano

5.4.1. Grandes opções do plano

Análise das GOP					
Código	Classificação Funcional	Dotação	Realização do ano	Grau execução	% realização
1	Funções Gerais	1.236.789,34	975.907,69	78,91%	21,80%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública				
1.1.1	Administração Geral	518.204,09	407.982,94	78,73%	9,11%
1.1.2	Instalações municipais	125.987,00	92.334,55	73,29%	2,06%
1.1.3	Equipamentos para diversos sectores	49.988,00	35.100,45	70,22%	0,78%
1.1.4	Equipamento e viaturas	78.255,81	69.455,67	88,75%	1,55%
1.2.0	Seg. e ordem Pública				
1.2.1	Proteção Civil e luta contra Incendio	464.354,44	371.034,08	79,90%	8,29%
2	Funções Sociais	2.954.140,81	1.999.241,24	67,68%	44,67%
2.1.0	Educação				
2.1.1	Ensino não superior	233.325,00	163.059,73	69,89%	3,64%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	333.863,00	155.447,94	46,56%	3,47%
2.1.3	E.B. 2/3 e ensino secundário -Chamusca	25.000,00	9.995,98	39,98%	0,22%
2.1.9	Serviços auxiliares de ensino	5.909,00	2.954,19	49,99%	0,07%
2.2.0	Saude				
2.2.1	Serviços individuais de saúde	53.203,20	44.705,10	84,03%	1,00%
2.3.0	Segurança e ação social				
2.3.2	Ação social	312.867,00	284.222,01	90,84%	6,35%
2.4.0	Habituação e serviços Coletivos				
2.4.1	Habituação	32.025,00	11.044,76	34,49%	0,25%
2.4.2	Ordenamento do Território	24.115,83	0,00	0,00%	0,00%
2.4.3	Saneamento	96.003,00	11.796,10	12,29%	0,26%
2.4.5	Resíduos Sólidos	396.802,00	330.608,72	83,32%	7,39%
2.4.6	Proteção meio ambiente e conserv. Da nat	212.704,00	171.568,87	80,66%	3,83%
2.4.7	Iluminação pública	610.377,00	425.118,70	69,65%	9,50%
2.4.8	Planeamento urbanístico	26.224,00	3.997,50	15,24%	0,09%
2.5.0	Serviços cult. Recreativos e religiosos				
2.5.1	Cultura	337.436,56	273.312,98	81,00%	6,11%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	254.286,22	111.408,66	43,81%	2,49%
3	Funções Económicas	449.741,00	243.850,51	54,22%	5,45%
3.1.0	Funções económicas	300,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.0	Indústria e energia	50.003,00	47.223,00	94,44%	1,06%
3.3.0	Transportes e comunicações				
3.3.1	Transportes rodoviários	311.750,00	178.272,61	57,18%	3,98%
3.3.2	Transportes aéreos	1.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.3	Transportes fluviais	4,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.0	Comercio e turismo				
3.4.1	Mercados e feiras	15.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2	Turismo	54.004,00	7.648,00	14,16%	0,17%
3.5.0	Outras funções económicas	17.680,00	10.706,90	60,56%	0,24%
4	Outras funções	1.444.791,25	1.257.059,27	87,01%	28,08%
4.1.0	Operações da dívida da autarquia	751.289,00	751.288,30	100,00%	16,78%
4.2.0	Transferencias entre administrações	602.989,25	417.011,97	69,16%	9,32%
4.3.0	Diversas não especificadas	90.513,00	88.759,00	98,06%	1,98%
	Total	6.085.462,40	4.476.058,71	73,55%	100,00%

Tabela 15 - Análise das GOP



As grandes opções do plano (GOP's) incluem a composição do planeamento económico e social do município, baseiam-se na orientação da estratégia da política desenvolvida pelas atividades que o município considera mais importantes, nomeadamente as intenções de investimento.

Este apresenta as diretrizes de desenvolvimento estratégico da autarquia local onde inclui o plano plurianual de investimentos (PPI) e as atividades mais relevantes (AMR) da Autarquia.

O Município da Chamusca executou 73,55% da dotação inicialmente prevista, nas suas grandes opções do plano. O Município de acordo com o quadro apresentado deu prioridade às funções sociais, onde assumiu uma expressão de 44,67% face ao total e um grau de execução de 67,68%.

Evolução das GOPs				
Ano	2012	2013	2014	2015
Dotação Final	15.289.688,69	11.504.345,04	4.765.053,29	6.085.462,40
Realizado	5.711.673,09	8.730.132,13	3.708.552,81	4.476.058,71
Taxa de realização	37,36%	75,89%	77,83%	73,55%

Tabela 16 - Evolução das GOP

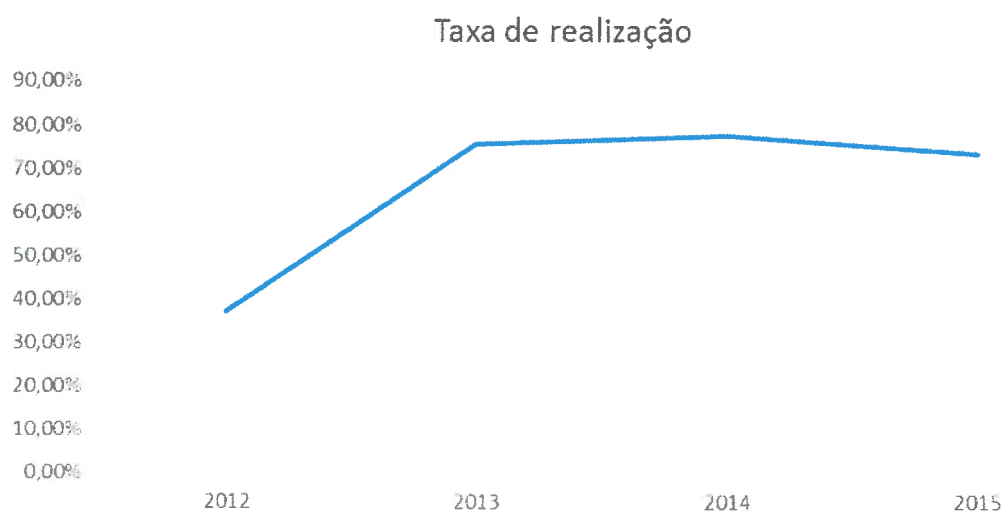


Gráfico 14 – Taxa de realização

[Assinatura]

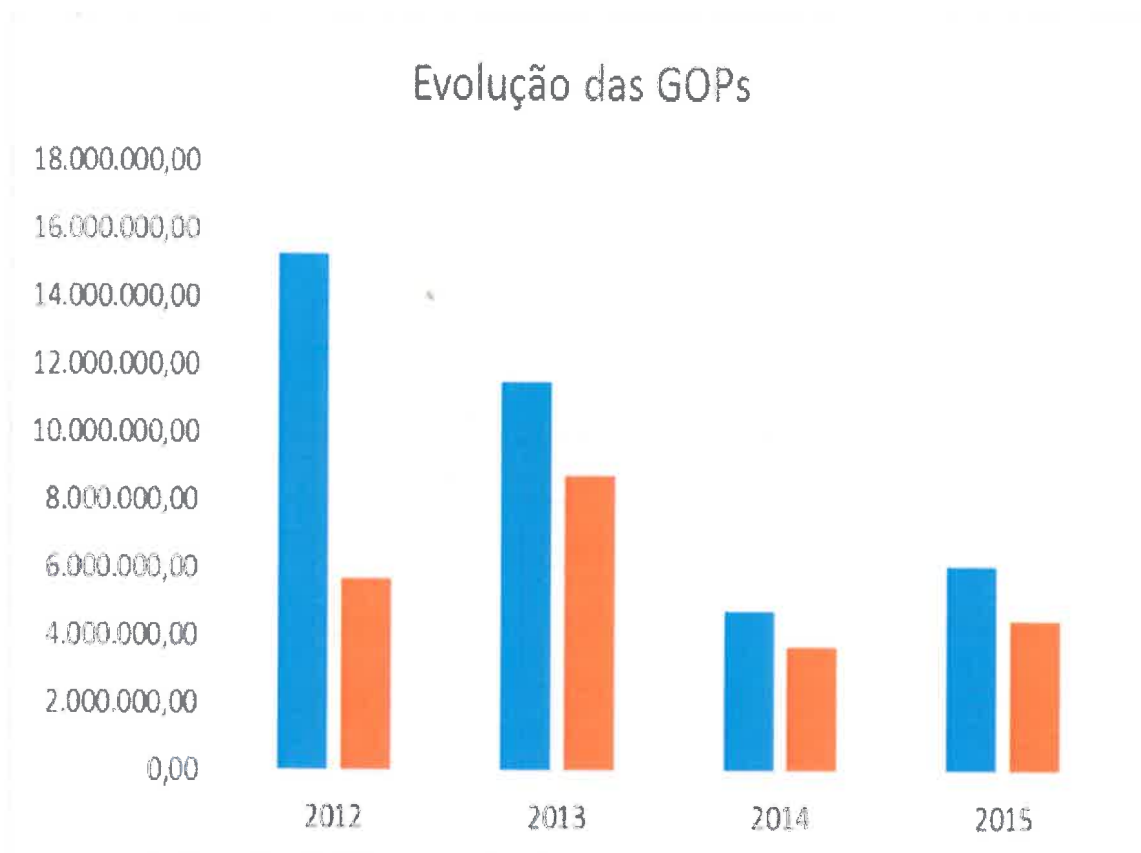


Gráfico 15 - Evolução das GOP

Ao longo dos anos em análise, apenas no ano de 2012 o município apresentou taxas de execução baixas (37,36%). No ano em análise, tal como os dois anos económicos anteriores as taxas de realização permaneceram acima dos 70%.

[Handwritten signature]

5.4.2. Plano plurianual de investimento

Análise das PPI					
Código	Classificação Funcional	Dotação	Realização	Grau de execução	% realização
1	Funções Gerais	879.139,61	671.540,53	76,39%	65,67%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública				
1.1.1	Administração Geral	512.118,61	407.982,94	79,67%	39,90%
1.1.2	Instalações municipais	125.987,00	92.334,55	73,29%	9,03%
1.1.3	Equipamentos para diversos sectores	19.133,00	4.386,18	22,92%	0,43%
1.1.4	Equipamento e viaturas	33.425,00	30.941,28	92,57%	3,03%
1.2.0	Seg. e ordem Pública				
1.2.1	Proteção Civil e luta contra Incêndio	188.476,00	135.895,58	72,10%	13,29%
2	Funções Sociais	358.215,83	172.751,00	48,23%	16,89%
2.1.0	Educação				
2.1.1	Ensino não superior	153.902,00	127.476,79	82,83%	12,47%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino				
2.1.3	E.B. 2/3 e ensino secundário -Chamusca				
2.1.9	Serviços auxiliares de ensino	5.909,00	2.954,19	49,99%	0,29%
2.2.0	Saúde				
2.2.1	Serviços individuais de saúde	10.000,00	4.622,23	46,22%	0,45%
2.3.0	Segurança e ação social				
2.3.2	Ação social				
2.4.0	Habituação e serviços Coletivos				
2.4.1	Habituação	825,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.2	Ordenamento do Território	19.114,83	0,00	0,00%	0,00%
2.4.3	Saneamento	60.003,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.5	Resíduos Sólidos	10.000,00	5.873,25	58,73%	0,57%
2.4.6	Proteção meio ambiente e conserv. Da na	25.501,00	1.575,10	6,18%	0,15%
2.4.7	Iluminação pública				
2.4.8	Planeamento urbanístico	25.461,00	3.997,50	15,70%	0,39%
2.5.0	Serviços cult. Recreativos e religiosos				
2.5.1	Cultura	10.000,00	0,00	0,00%	0,00%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	37.500,00	26.251,94	70,01%	2,57%
3	Funções Económicas	308.058,00	178.272,61	57,87%	17,43%
3.1.0	Funções económicas	300,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.0	Indústria e energia	3,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.0	Transportes e comunicações				
3.3.1	Transportes rodoviários	306.749,00	178.272,61	58,12%	17,43%
3.3.2	Transportes aéreos	1.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.3	Transportes fluviais	2,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.0	Comércio e turismo				
3.4.1	Mercados e feiras				
3.4.2	Turismo	4,00	0,00	0,00%	0,00%
3.5.0	Outras funções económicas				
4	Outras funções				
4.1.0	Operações da dívida da autarquia				
4.2.0	Transferências entre administrações				
4.3.0	Diversas não especificadas				
Total		1.545.413,44	1.022.564,14	66,17%	100,00%

Tabela 17 - Análise do PPI



No plano plurianual de investimentos estão definidas as grandes linhas de intervenção.

O PPI tem por norma um horizonte temporal de quatro anos e compreende todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela autarquia que impliquem despesas de capital.

Esta autarquia apresentou como dotação inicial mais de um milhão e meio de euros, no entanto realizou despesas de cerca de um milhão de euros, apresentando assim uma taxa de execução de cerca de 66%.

Os gastos com aquisição de bens de investimento, apresentam uma taxa de execução de 66,17%, sendo a funcional da administração geral a que apresenta a maior taxa de realização.

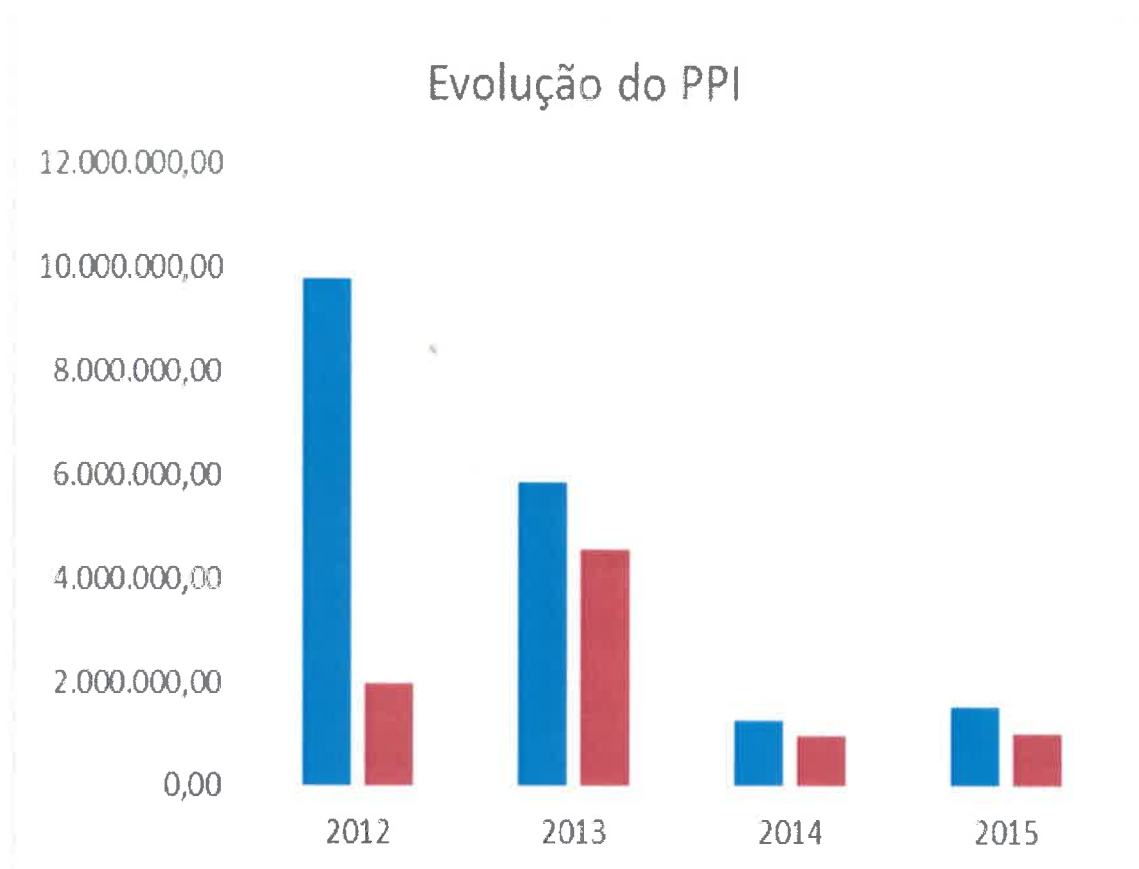
Evolução do PPI				
Ano	2012	2013	2014	2015
Dotação Final	9.796.700,00	5.846.543,04	1.293.363,00	1.545.413,44
Realizado	1.979.899,53	4.583.033,77	971.224,76	1.022.564,14
Taxa de realização	20,21%	78,39%	75,09%	66,17%

Tabela 18 - Evolução do PPI



Gráfico 16 – Taxa de realização



**Gráfico 17 - Evolução do PPI**

Numa análise ao PPI, no de 2012 as previsões estavam empoladas, pois o valor realizado foi de apenas 20,21%, o que não aconteceu nos anos seguintes que apresentaram taxas de realização superiores.

Existiu uma queda acentuada nas previsões desde o ano de 2012 até ao ano de 2014, tendo estabilizado em 2015 e aumentado quer a dotação prevista final, quer o valor realizado.



5.4.3. Atividades mais relevantes

Análise das AMRs					
Código	Classificação Funcional	Dotação	Realização	Grau de execução	% realização
1	Funções Gerais	357.649,73	304.367,16	85,10%	8,81%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública				
1.1.1	Administração Geral	6.085,48	0,00	0,00%	0,00%
1.1.2	Instalações municipais				
1.1.3	Equipamentos para diversos sectores	30.855,00	30.714,27	99,54%	0,89%
1.1.4	Equipamento e viaturas	44.830,81	38.514,39	85,91%	1,12%
1.2.0	Seg. e ordem Pública				
1.2.1	Proteção Civil e luta contra Incendio	275.878,44	235.138,50	85,23%	6,81%
2	Funções Sociais	2.595.924,98	1.826.490,24	70,36%	52,89%
2.1.0	Educação				
2.1.1	Ensino não superior	79.423,00	35.582,94	44,80%	1,03%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	333.863,00	155.447,94	46,56%	4,50%
2.1.3	E.B. 2/3 e ensino secundário -Chamusca	25.000,00	9.995,98	39,98%	0,29%
2.1.9	Serviços auxiliares de ensino				
2.2.0	Saude				
2.2.1	Serviços individuais de saude	43.203,20	40.082,87	92,78%	1,16%
2.3.0	Segurança e ação social				
2.3.2	Ação social	312.867,00	284.222,01	90,84%	8,23%
2.4.0	Habitação e serviços Coletivos				
2.4.1	Habitação	31.200,00	11.044,76	35,40%	0,32%
2.4.2	Ordenamento do Território	5.001,00	0,00	0,00%	0,00%
2.4.3	Saneamento	36.000,00	11.796,10	32,77%	0,34%
2.4.5	Resíduos Solidos	386.802,00	324.735,47	83,95%	9,40%
2.4.6	Proteção meio ambiente e conserv. Da nat	187.203,00	169.993,77	90,81%	4,92%
2.4.7	Iluminação publica	610.377,00	425.118,70	69,65%	12,31%
2.4.8	Planeamento urbanístico	763,00	0,00	0,00%	0,00%
2.5.0	Serviços cult. Recreativos e religiosos				
2.5.1	Cultura	327.436,56	273.312,98	83,47%	7,91%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	216.786,22	85.156,72	39,28%	2,47%
3	Funções Económicas	141.683,00	65.577,90	46,28%	1,90%
3.1.0	Funções económicas				
3.2.0	Industria e energia	50.000,00	47.223,00	94,45%	1,37%
3.3.0	Transportes e comunicações				
3.3.1	Transportes rodoviarios	5.001,00	0,00	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos				
3.3.3	Transportes fluviais	2,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.0	Comercio e turismo				
3.4.1	Mercados e feiras	15.000,00	0,00	0,00%	0,00%
3.4.2	Turismo	54.000,00	7.648,00	14,16%	0,22%
3.5.0	Outras funções económicas	17.680,00	10.706,90	60,56%	0,31%
4	Outras funções	1.444.791,25	1.257.059,27	87,01%	36,40%
4.1.0	Operações da dívida da autarquia	751.289,00	751.288,30	100,00%	21,75%
4.2.0	Transferencias entre administrações	602.989,25	417.011,97	69,16%	12,08%
4.3.0	Diversas não especificadas	90.513,00	88.759,00	98,06%	2,57%
Total		4.540.048,96	3.453.494,57	76,07%	100,00%

Tabela 19 - Análise das AMR



O plano das atividades mais relevantes não se encontra explicitamente no POCAL e não existe um normativo no que respeita à sua utilização. É visto como um documento auxiliar à gestão, com uma estrutura equivalente à do plano plurianual de investimento. Contempla também projetos ou ações importantes para a autarquia e, apesar das condicionantes, estas despesas podem ser de capital ou correntes.

Na análise ao ano de 2015, constatamos que mais de metade da realização das funcionais corresponde às funções sociais sendo que, dentro desta classificação, as que tiveram o maior valor de despesa foram a iluminação pública, os resíduos sólidos urbanos, a ação social e a cultura.

Evolução das AMRs				
Ano	2012	2013	2014	2015
Dotação Final	5.492.988,69	5.657.802,00	3.471.690,29	4.540.048,96
Realizado	3.731.773,56	4.147.098,36	2.737.328,05	3.453.494,57
Taxa de realização	67,94%	73,30%	78,85%	76,07%

Tabela 20 - Evolução da AMR

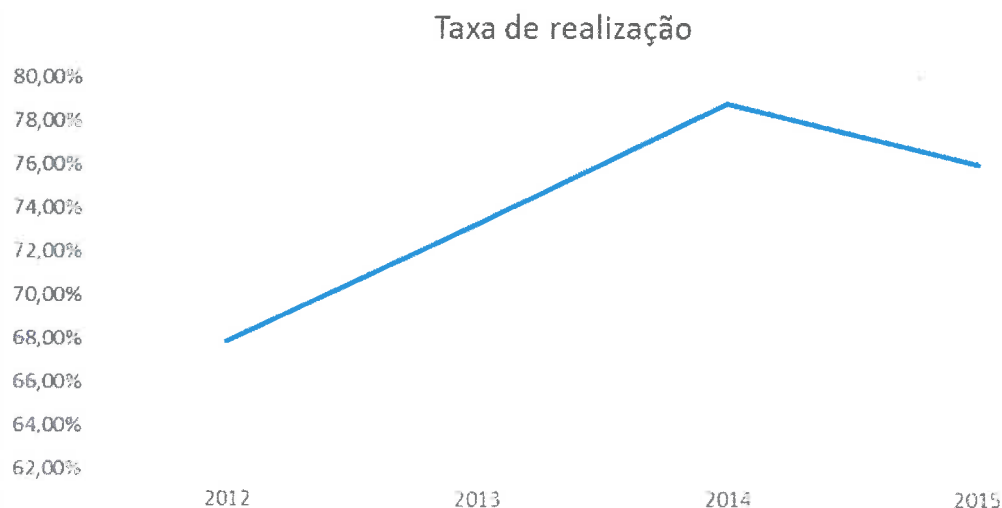
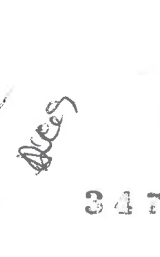


Gráfico 18 - Taxa de realização

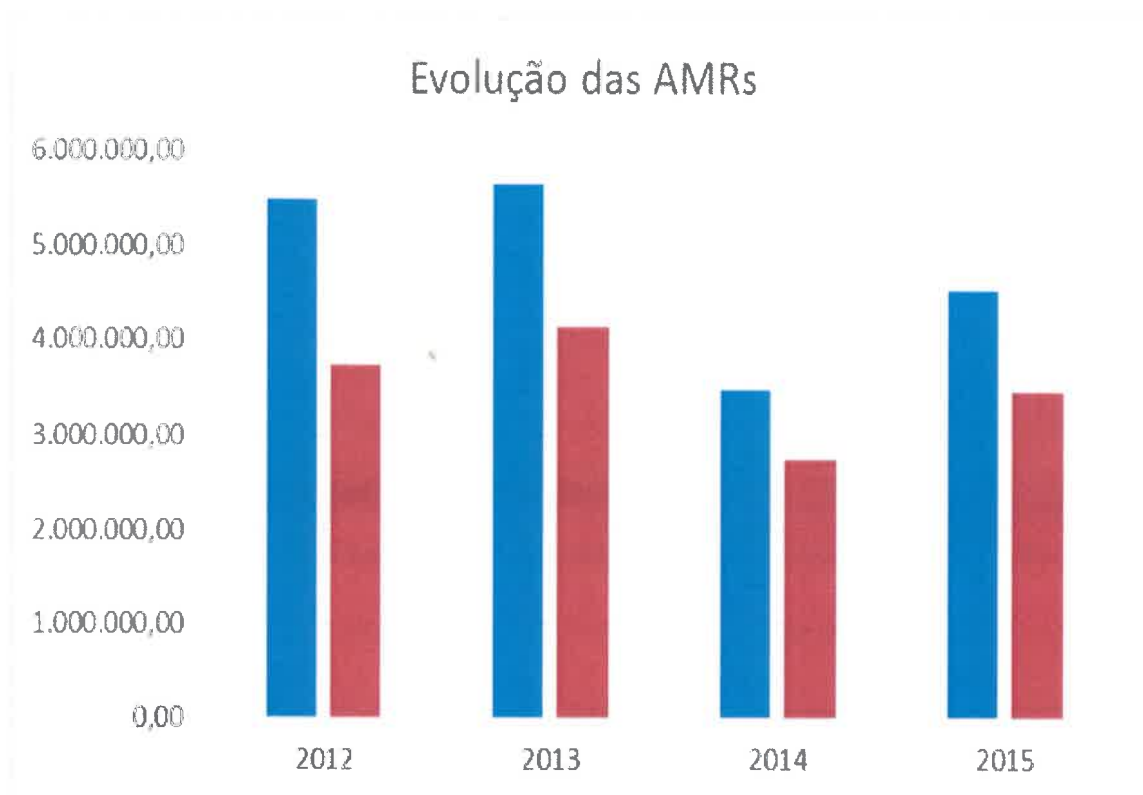


Gráfico 19 - Evolução da AMR

A taxa de realização tem vindo a aumentar desde o ano de 2012, tendo o seu pico em 2014. O valor realizado neste ano em análise aumentou relativamente ao ano transato, no entanto comparativamente aos anos de 2012 e 2013 esse valor é inferior.

[Handwritten signatures in blue ink]

6. Dívida

6.1. Evolução da dívida a terceiros

Dívida a terceiros de CP e MLP					
Contas	Descrição	2012	2013	2014	2015
2312	Dívidas a instituições de crédito	2.223.121,23	5.190.905,44	4.107.729,78	3.356.441,48
221	Fornecedores CC	1.552.223,34	306.418,88	37.446,95	82.246,70
217	Clientes e utentes c/ cações	10.885,37	10.404,67	10.005,67	10.005,67
2611	Fornecedores de imobilizado C/C	3.722.383,76	417.021,65	113.581,84	264.939,47
24	Estado e outros entes públicos	155.108,24	76.817,02	79.756,05	60.072,28
264	Administração autárquica	129.461,22	6.630,83	1.100,00	7.506,62
262+263+267+268	Outros credores	223.235,24	36.576,60	1.505,66	518.153,18
2231	Fornecimentos vendas a dinheiro-Mercado nacional	5.457,62			
265	Operações de tesouraria	39,26	66,28	83,38	74,95
2613	Fornecedores de imobilizado-Leasing			56.199,97	25.258,69
Total		8.021.915,28	6.044.841,37	4.407.409,30	4.327.665,04

Tabela 21 - Dívida a terceiros de CP e MLP



Gráfico 20 - Dívida a terceiros de CP e MLP



As dívidas a instituições de crédito sofreram um aumento significativo no ano de 2013, devido à contratualização do PAEL. Com a contratualização deste empréstimo e rigor orçamental, a autarquia conseguiu reduzir significativamente a dívida a fornecedores.

6.2. Evolução da dívida de terceiros

Dividas de terceiros de CP e MLP					
Contas	Descrição	2012	2013	2014	2015
28	Empréstimos concedidos	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
212	Clientes C/C	61.283,16	3.378,30	2.873,05	3.541,93
213	Utentes C/C			5,25	0,00
24	Estado e outros entes públicos	5.325,18	3.035,63	443,99	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	149.345,71	44.909,83	53.460,11	3.260,34
Total		217.954,05	53.323,76	58.782,40	8.802,27

Tabela 22 - Dividas de terceiros de CP e MLP

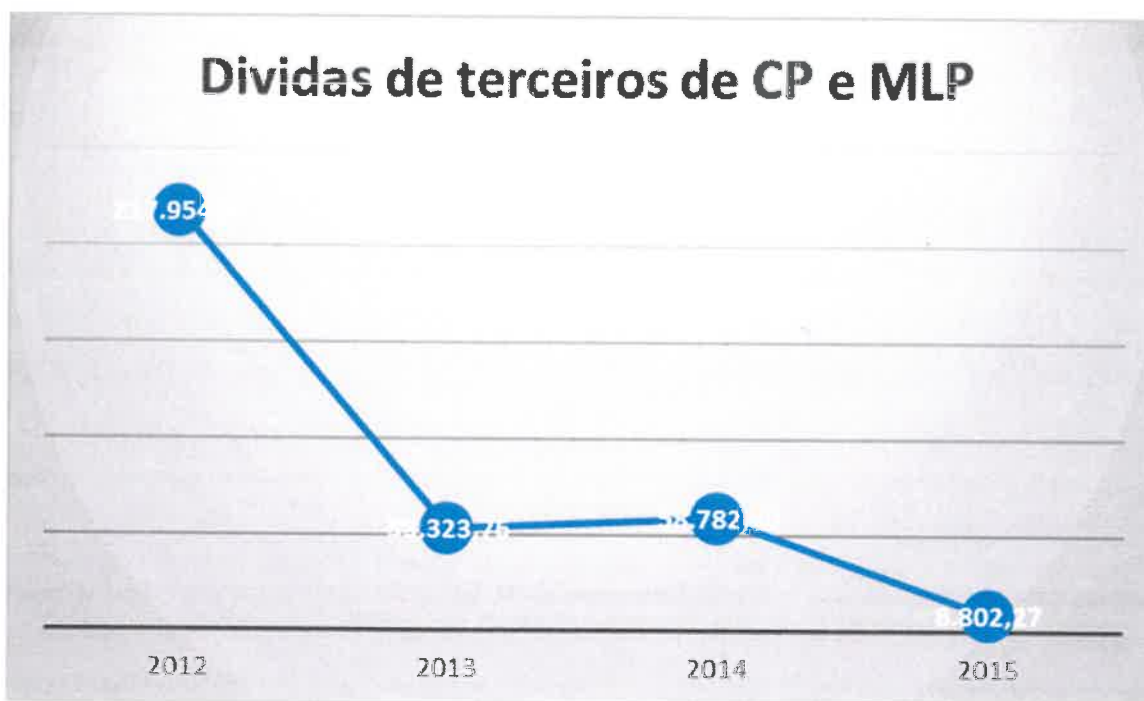
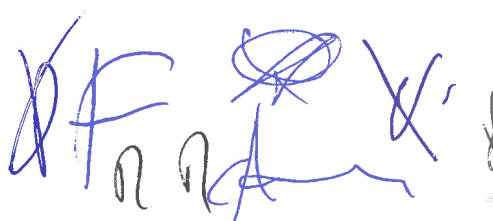


Gráfico 21 - Dividas de terceiros de CP e MLP


 330

Podemos considerar as dívidas de terceiros residuais comparativamente aos anos anteriores.

A execução da cobrança da dívida de terceiros contribuiu positivamente para as contas da autarquia.

7. Compromissos e pagamentos em atraso

7.1. Fundos disponíveis

Fundos Disponíveis												
Mês/Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2015	2.344.346,08	2.716.210,22	2.790.337,57	2.534.354,87	2.828.849,07	2.751.439,83	2.158.744,61	2.166.802,52	1.893.899,79	1.328.541,18	1.400.782,28	2.010.103,98

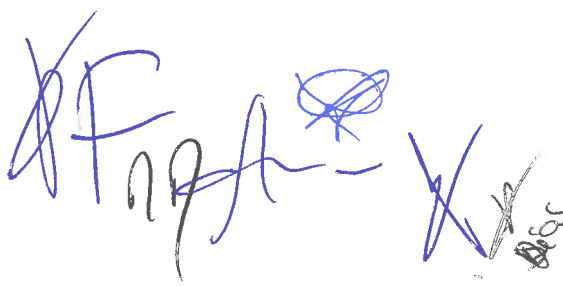
Tabela 23 - Fundos disponíveis

Ao longo do ano de 2015, o município da Chamusca respeitou na íntegra a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA), não tendo comprometido qualquer valor com fundos disponíveis negativos.

A média anual de fundos disponíveis foi de € 2.243.701,00.

7.2. Pagamentos em atraso

Em 31 de Dezembro de 2015 não se registaram pagamentos em atraso, cumprindo o disposto na Lei n.º8/2012, de 21/02 e suas alterações.


 351

8. Empréstimos

Mapa de empréstimos	2012			2013			2014			2015		
	Div. final ano	Amort.	Juros	Div. final ano	Amort.	Juros	Div. final ano	Amort.	Juros	Div. final ano	Amort.	Juros
Empréstimos de CP	-	640 000,00	31 410,16	-	101 579,00	9 341,98	-	-	-	-	-	-
EMP 9015/007251/592 (ANO 2012)	0,00	640 000,00	31 410,16	0,00	0,00	4 950,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/007656/192 (ANO 2013)	0,00	0,00	-	0,00	101 579,00	4 391,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de MLP	2 223 121,23	1 133 239,71	49 145,03	5 190 905,44	1 356 045,97	72 567,72	4 107 729,78	1 083 175,66	82 569,46	3 356 441,48	751 288,30	64 938,57
EMP 0246/000011/887/0019	145 478,85	164 331,47	0,00	0,00	145 478,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 0246/000721691 (anterior 16/987/0019)	413 392,38	467 226,99	17 859,89	0,00	413 392,38	203,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/006325/291 (PREDE)	446 829,98	305 036,73	18 133,45	132 793,03	314 036,95	6 324,76	0,00	132 793,03	706,77	0,00	0,00	0,00
EMP DGTI (PREDE)	1 000 000,00	0,00	0,00	1 000 000,00	0,00	0,00	800 000,00	200 000,00	4 592,50	600 000,00	200 000,00	4 695,66
EMP DGTI (PAEL-PROGRAMA II)	0,00	0,00	0,00	3 859 018,08	464 812,09	57 040,90	3 307 729,78	551 288,30	70 723,67	2 756 441,48	551 288,30	60 242,91
EMP 0246/000680953 (anterior 5/387/0019)	0,00	7 153,79	176,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 0246/000682653 (anterior 6/187/0019)	0,00	8 856,40	218,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 0246/000688553 (anterior 7/987/0019)	0,00	37 781,94	911,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 0246/000691091 (anterior 8/887/0019)	0,00	7 850,90	193,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 0246/000694953 (anterior 9/687/0019)	0,00	6 843,20	168,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 0246/000698891 (anterior 10/987/0019)	1 613,91	3 158,52	119,95	0,00	1 613,92	15,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 0246/000709791 (anterior 13/487/0019)	19 976,72	9 564,28	804,20	15 051,00	4 925,72	186,32	0,00	15 051,00	291,68	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/002689691 (anterior 449/787/0019)	0,00	11 370,10	128,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/002687991 (anterior 447/087/0019)	0,00	9 074,52	102,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/002688891 (anterior 448/987/0019)	0,00	16 341,54	185,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/002690991 (anterior 450/087/0019)	0,00	13 067,56	148,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/002691891 (anterior 451/987/0019)	0,00	20 003,50	226,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/002692691 (anterior 452/787/0019)	0,00	15 994,12	181,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/002693491 (anterior 453/587/0019)	0,00	19 611,33	222,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMP 9015/006925/091 (Estrada do interior-Parreira)	195 829,39	9 972,82	9 363,23	184 043,33	11 786,06	8 796,87	0,00	184 043,33	6 254,84	0,00	0,00	0,00
Total	2 223 121,23	1 773 239,71	80 555,19	5 190 905,44	1 457 624,97	81 909,70	4 107 729,78	1 083 175,66	82 569,46	3 356 441,48	751 288,30	64 938,57

Tabela 24 - Mapa de empréstimos

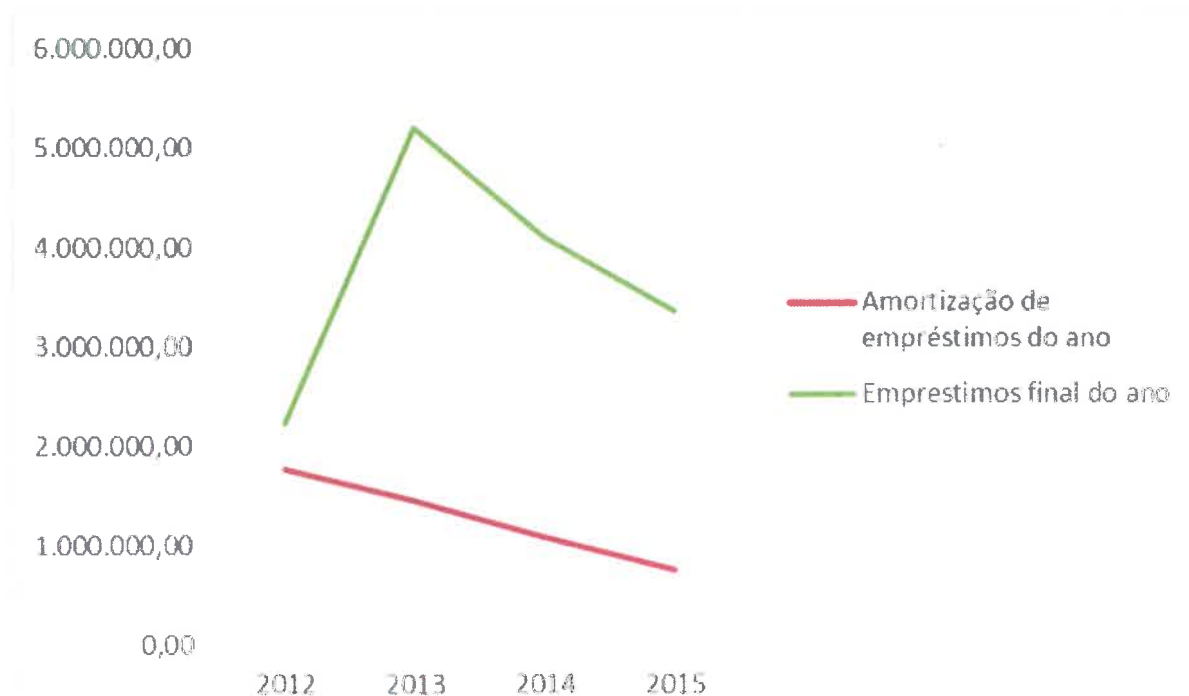


Gráfico 22 - Evolução de empréstimos

[Assinatura]

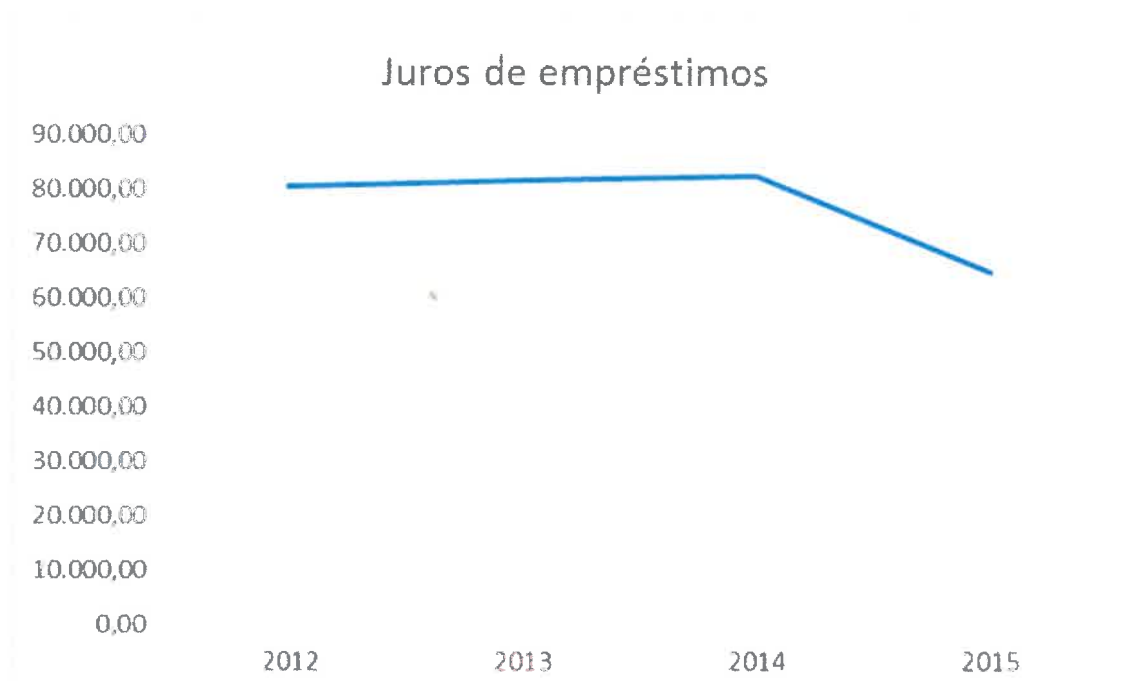


Gráfico 23 - Juros de empréstimos

Nos anos de 2015 e 2014 o município não recorreu a contratualização de empréstimos de curto prazo.

Devido à contratualização do PAEL em 2013, o município aumentou o seu valor da dívida de empréstimos. Em 2015 o município tinha contratualizado com instituições de crédito dois empréstimos: PREDE e PAEL.

A amortização efetuada em cada ano tem vindo a ser menor, devido à existência de um número inferior de empréstimos, tendo esse valor, assim como os juros tendência a estabilizar nos próximos anos caso não exista a necessidade do recurso ao crédito.



9. Indicadores e rácios

9.1. Indicadores e rácios financeiros

LIQUIDEZ GERAL

Este rácio mede a capacidade de a entidade solver, com os seus ativos que se espera possam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo.

Trata-se de uma apreciação de ordem geral, com interesse essencialmente comparativo, em termos evolutivos, pois não é credível que uma entidade possa transformar em dinheiro todo o seu ativo para pagar as suas dívidas.

O aumento do grau de liquidez, quando derivado de alguns fatores (aumento das existências e aumento do crédito sobre clientes) pode fornecer informações divergentes das que se pretendem com os indicadores de liquidez, uma vez que estes factos limitam a capacidade de pagamento das responsabilidades.

Este rácio, em sentido lato (todo o ativo e todo o passivo) equivale, eventualmente, à avaliação de uma entidade na perspetiva da sua liquidação (extinção) – se conseguir alienar todos os seus ativos pelos valores líquidos contabilísticos, pagará, com esse valor, as suas responsabilidades, restando o valor dos capitais próprios, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Liquidez Geral	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Ativo circulante	626 188,59	4,98%	970 495,42	12,71%	2 007 526,22	29,79%	2 808 195,55	36,03%
Passivo de CP	12 575 990,69		7 634 552,49		6 738 076,54		7 793 607,76	

Tabela 25 - Rácio de liquidez geral

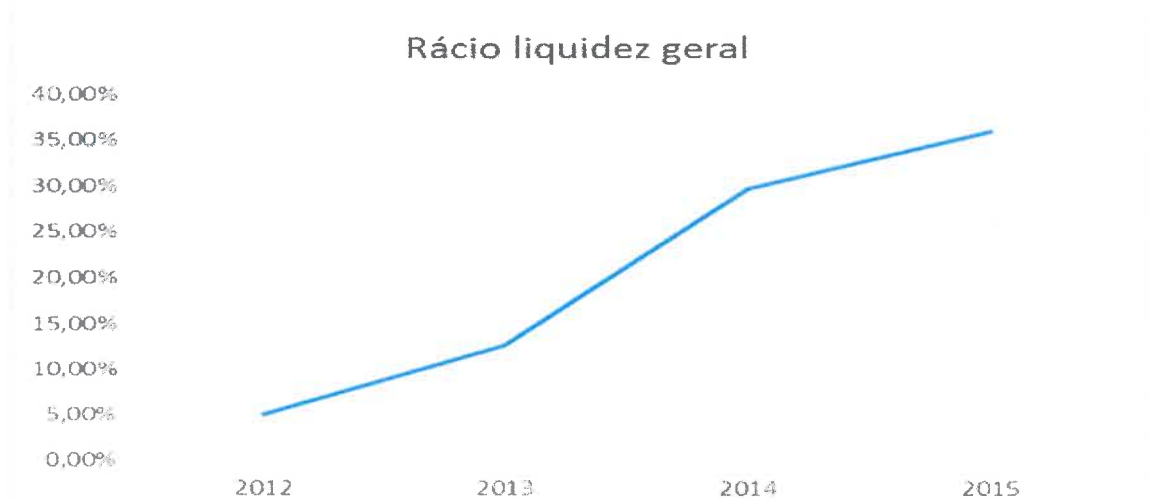


Gráfico 24 - Rácio de liquidez geral

[Assinatura manuscrita]

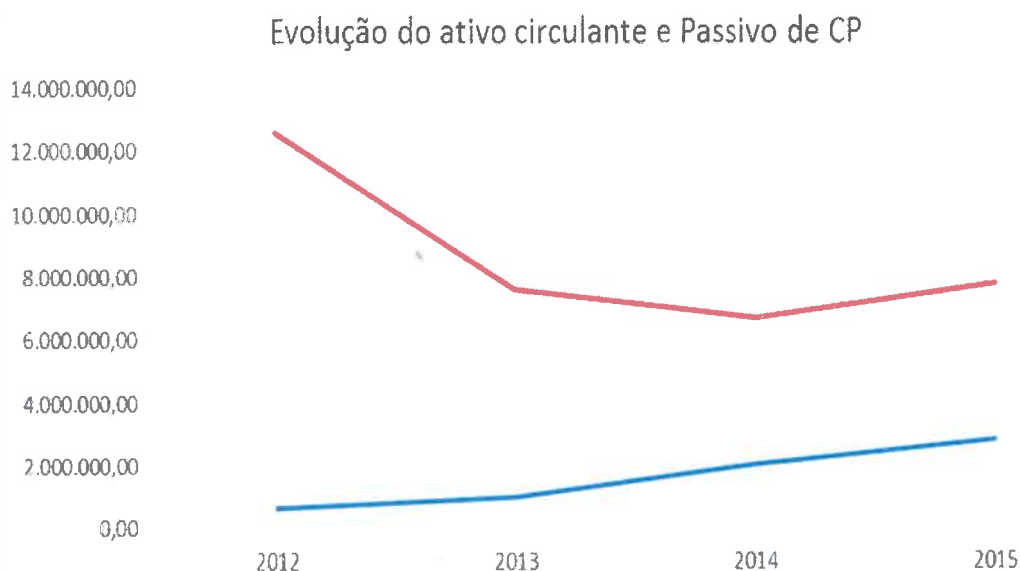


Gráfico 25 – Evolução do ativo circulante e passivo CP

Como em anos anteriores, verificou-se um aumento deste rácio. O rácio de 2014 para 2015 aumentou quase 6,24%, para o qual contribuiu o aumento das existências e aumento dos depósitos em instituições financeiras em quase um milhão de euros, tendo as dívidas a terceiros impossibilitado um melhor desempenho deste rácio.

LIQUIDEZ IMEDIATA

Neste rácio, são excluídas do numerador, para além das existências, as dívidas de terceiros, deixando o disponível (caixa, depósitos bancários e títulos negociáveis) para comparação com o passivo de curto prazo. Teoricamente, dá-se como valor satisfatório o quociente 1, ou superior.

Porém, um rácio elevado pode significar, em determinado momento, ou o benefício da concessão de prazos alargados de pagamento por parte dos credores, ou alguma “ociosidade” da tesouraria, em forma de gestão não adequada.

É evidente que, em certas entidades, com situações de tesouraria extremamente “saudáveis”, é comprovada a fiabilidade deste rácio.



	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Disponibilidades	253 283,25		583 535,74		1 585 326,87		2 438 022,47	
Passivo de CP	12 575 990,69	2,01%	7 634 552,49	7,64%	6 738 076,54	23,53%	7 793 607,76	31,28%

Tabela 26 - Liquidez imediata

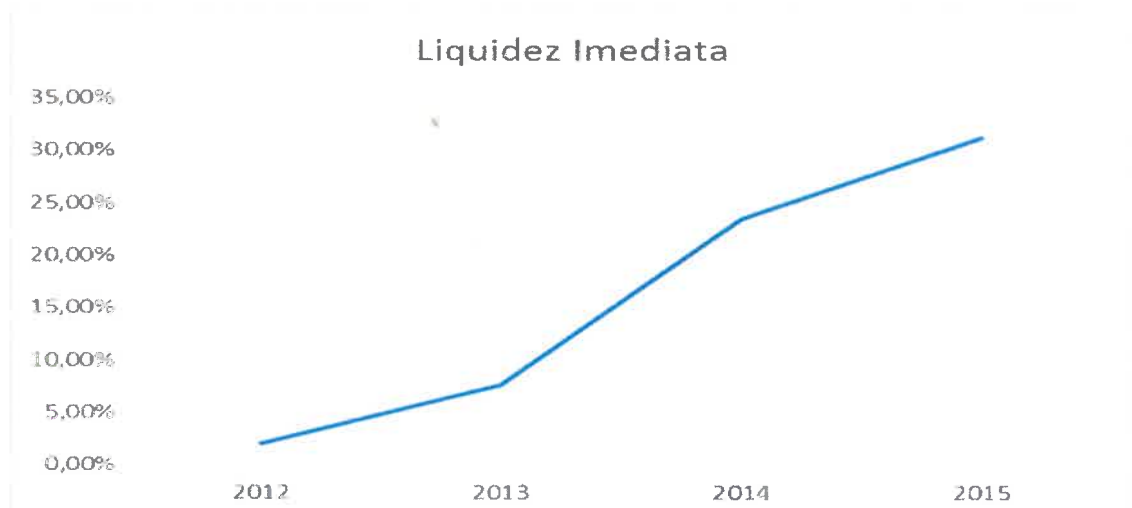


Gráfico 26 - Liquidez imediata

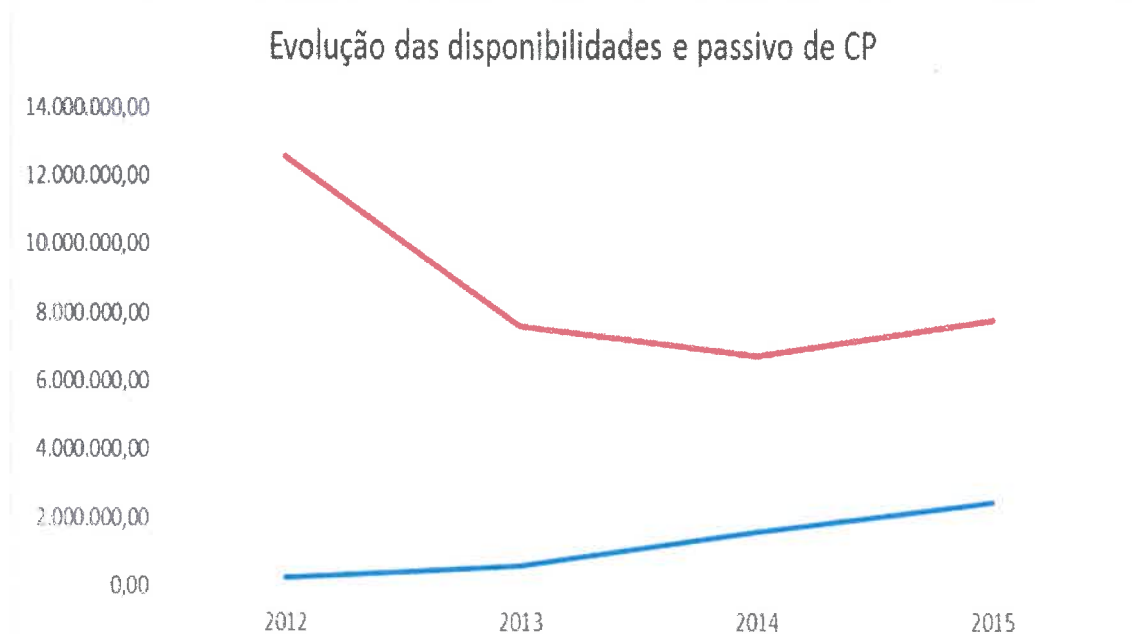


Gráfico 27 - Evolução das disponibilidades e passivo de CP



Apesar do aumento do passivo de CP, as disponibilidades contribuíram positivamente para o apuramento deste rácio.

ENDIVIDAMENTO

Evidencia a parte do capital alheio utilizada no financiamento das atividades da entidade.

Esta análise deverá ser sistemática e sucessiva, por forma a verificar se o quociente baixa ou se, pelo contrário, se agrava.

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Passivo	14 799 111,92	37,70%	12 825 457,93	32,41%	10 845 806,32	29,19%	11 150 049,24	28,21%
Ativo	39 252 079,01		39 571 559,03		37 153 450,92		39 527 037,02	

Tabela 27 - Endividamento

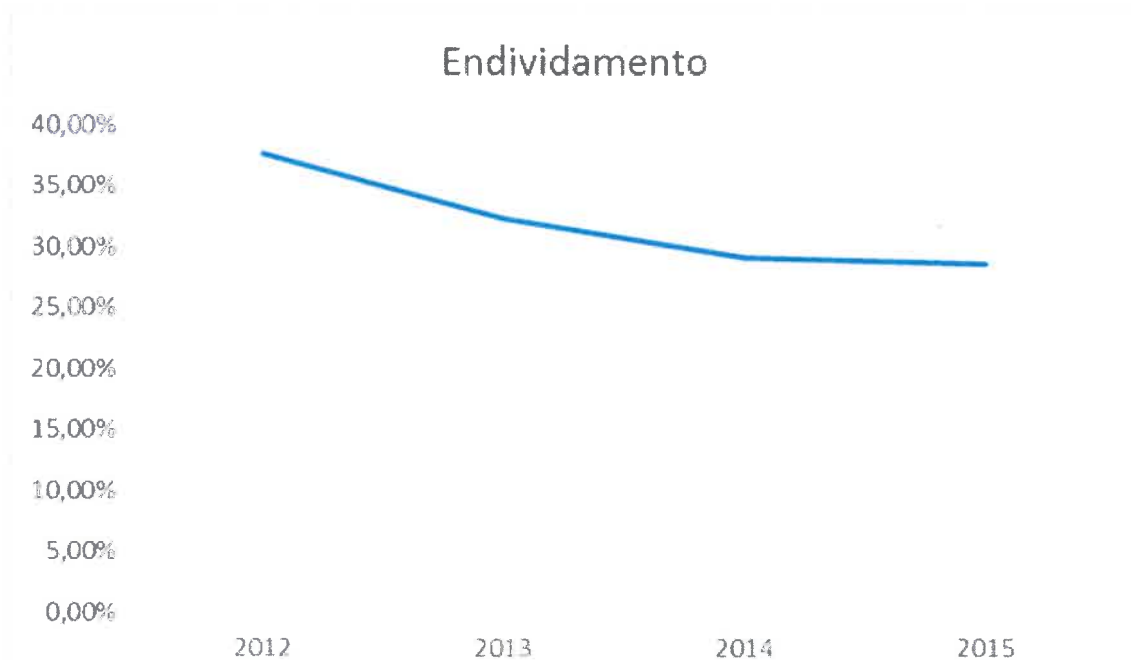


Gráfico 28 - Endividamento



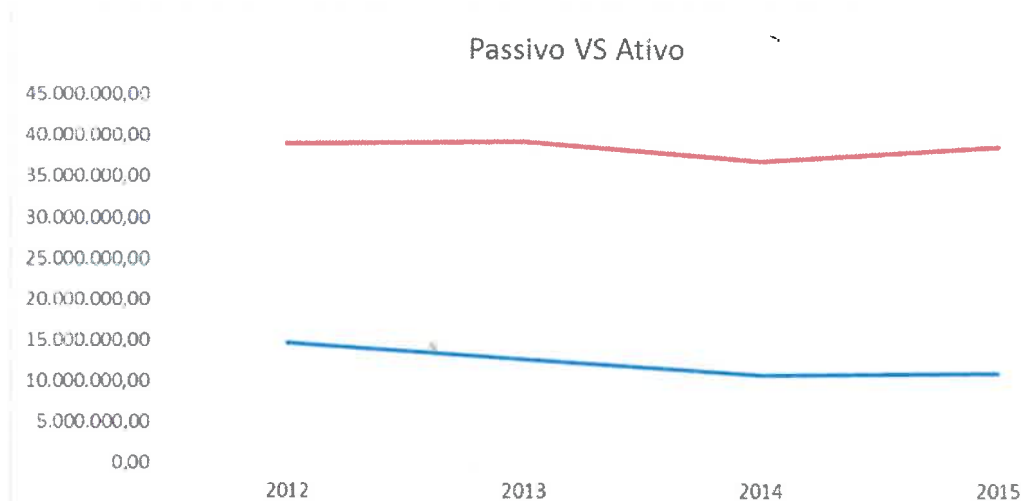


Gráfico 29 - Passivo VS Ativo

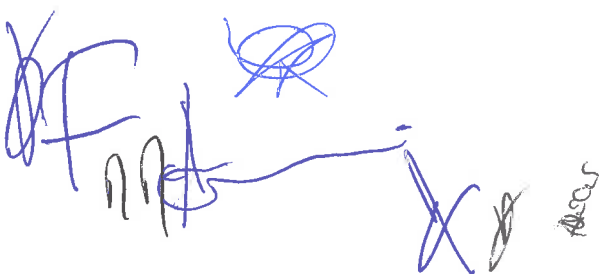
Ao longo destes períodos em análise constatamos num decréscimo no endividamento do município. Podemos afirmar que o município depende cada vez menos de capitais alheios, revelando o esforço financeiro que se traduziu na recuperação financeira registada nos últimos anos.

SOLVABILIDADE

Na ótica dos financiadores, um rácio elevado significa estabilidade financeira, logo, a confiança, enquanto um rácio de valor reduzido denuncia fragilidade e vulnerabilidade, logo, elevado risco.

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Capitais próprios	24 447 509,47		26 746 101,10		26 307 644,60		28 376 987,78	
Passivo	14 799 111,92	165,20%	12 825 457,93	208,54%	10 845 806,32	242,56%	11 150 049,24	254,50%

Tabela 28 - Solvabilidade



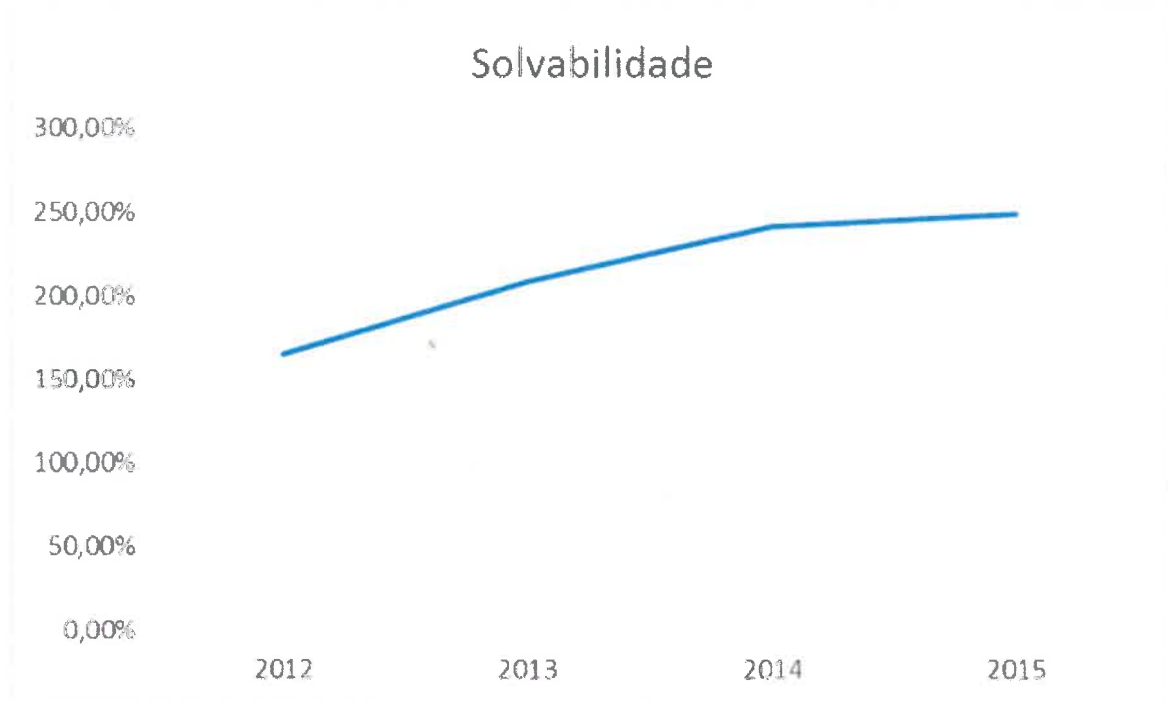


Gráfico 30 - Solvabilidade

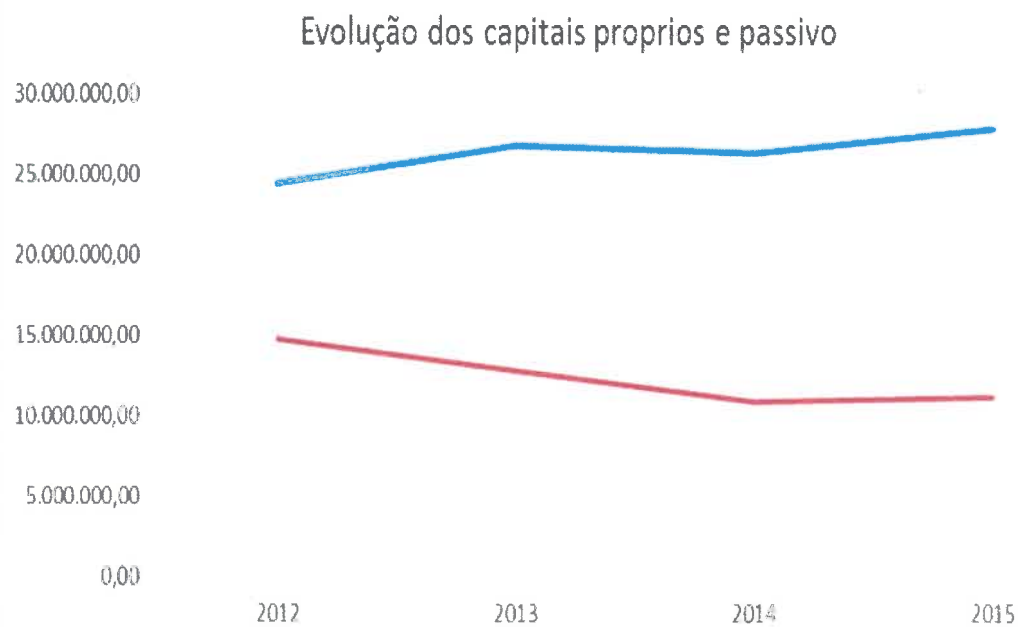


Gráfico 31 - Evolução dos capitais próprios e passivo

[Handwritten signatures and marks]

No ano de 2015, apesar do aumento do passivo, os capitais próprios impulsionaram a obtenção deste rácio. Constatase assim uma melhoria significativa da capacidade para cumprir os compromissos inerentes às responsabilidades.

AUTONOMIA FINANCEIRA

Trata-se, de um rácio bastante usado na análise financeira e tem bastante significado histórico na vida de uma entidade. Através dele se vê o grau de financiamento do ativo da entidade efetuado com capitais (fundos) próprios.

A avaliação do risco é feita, normalmente, em duas vertentes:

- Em caso de liquidação (extinção), a probabilidade de a entidade, com os seus ativos, cumprir com as responsabilidades inerentes ao financiamento e ao restante passivo, e, consequentemente;
- A partilha do risco entre a entidade e o financiador.

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Capitais próprios	24 447 509,47	62,28%	26 746 101,10	67,59%	26 307 644,60	70,81%	28 376 987,78	71,79%
Ativo	39 252 079,01		39 571 559,03		37 153 450,92		39 527 037,02	

Tabela 29 - Autonomia financeira

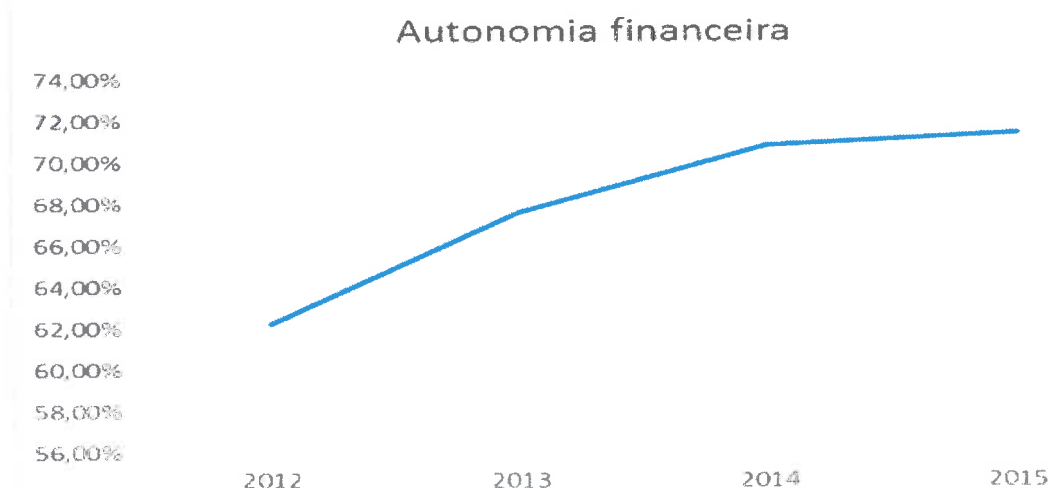


Gráfico 32 - Autonomia financeira



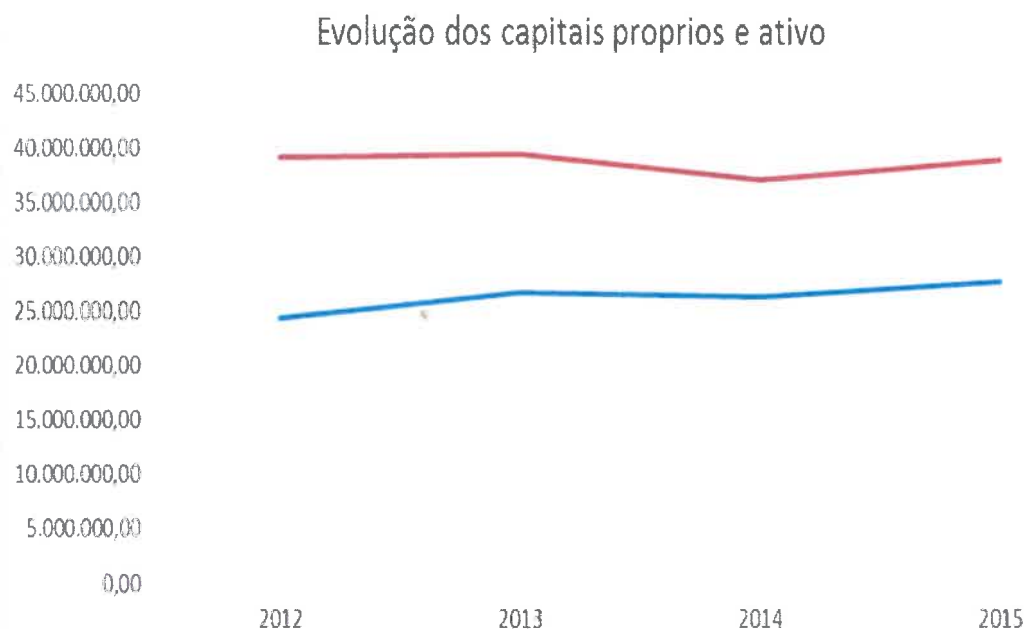


Gráfico 33 - Evolução dos capitais próprios e ativo

Conclui-se que o aumento, ainda que ligeiro de 0,98% no ano de 2015 face ao ano anterior, se deve ao aumento dos capitais próprios.

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

É um indicador de risco, na ótica dos financiadores, e, simultaneamente, de gestão, permitindo que a entidade avalie quais as possibilidades de recorrer, e conseguir, crédito para cumprir os seus objetivos estratégicos.

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Capitais próprios	24 447 509,47	91,66%	26 746 101,10	83,75%	26 307 644,60	86,49%	28 376 987,78	89,42%
Capitais permanentes	26 670 630,70		31 937 006,54		30 415 374,38		31 733 429,26	

Tabela 30 - Capacidade de endividamento



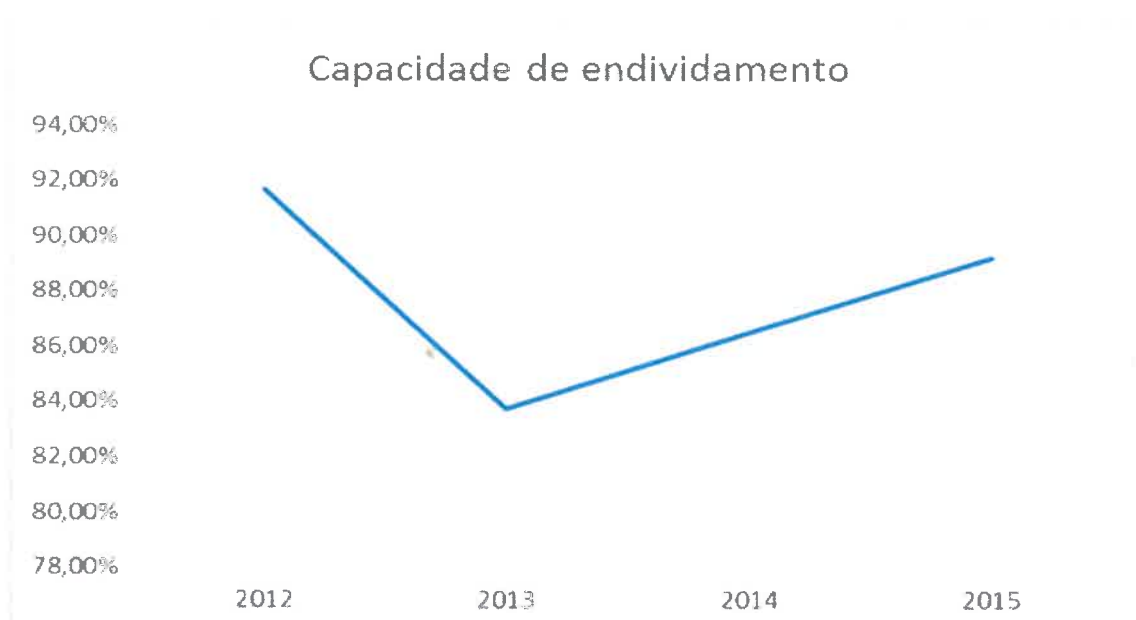


Gráfico 34 - Capacidade de endividamento

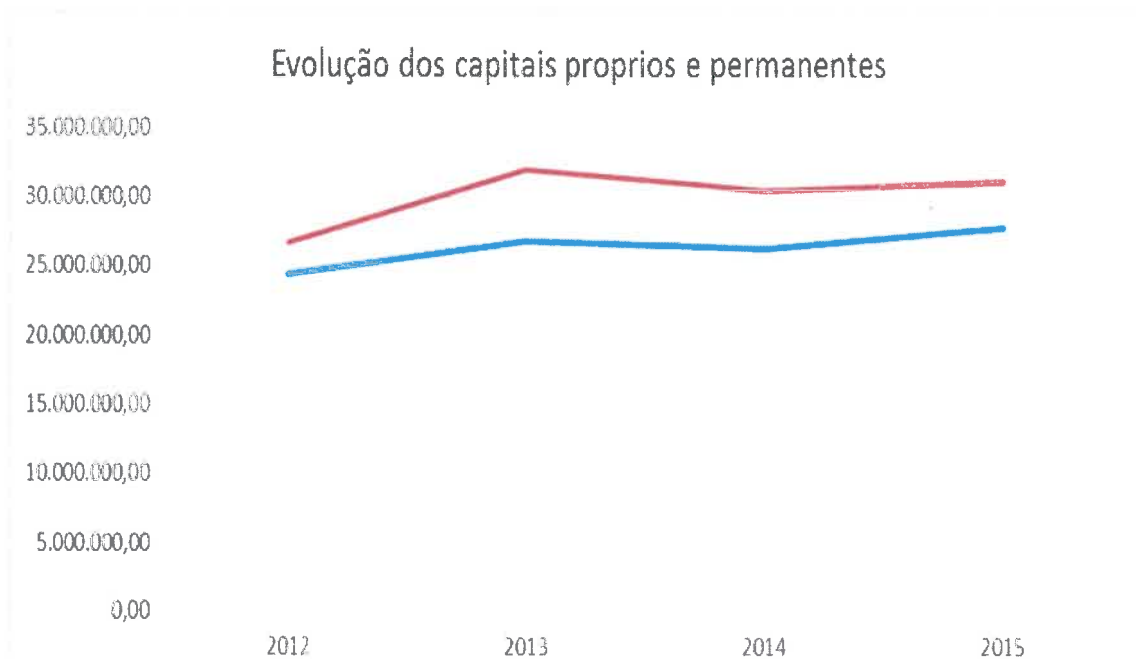


Gráfico 35 - Evolução dos capitais próprios e permanentes

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O aumento da capacidade de endividamento em 3% deve-se ao aumento dos capitais próprios. Pode assim, o órgão de gestão avaliar os seus objetivos estratégicos com maior nível de confiança e certeza.

COBERTURA DAS IMOBILIZAÇÕES

Mostra o grau de cobertura que os capitais permanentes têm sobre as imobilizações.

Convém que o valor seja o mais perto possível da unidade, pois, só assim poderá tentar-se que a exigibilidade dos pagamentos dos passivos de médio e longo prazo se verifique à velocidade do retorno do investimento efetuado.

Mais importância tem o que se refere anteriormente quando o investimento é efetuado, maioritariamente, com recurso ao crédito.

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Capitais permanentes	26 670 630,70	69,05%	31 937 006,54	82,74%	30 415 374,38	86,54%	31 733 429,26	86,42%
Imobilizado	38 625 890,42		38 601 063,61		35 145 924,70		36 718 841,47	

Tabela 31 - Cobertura de imobilizações

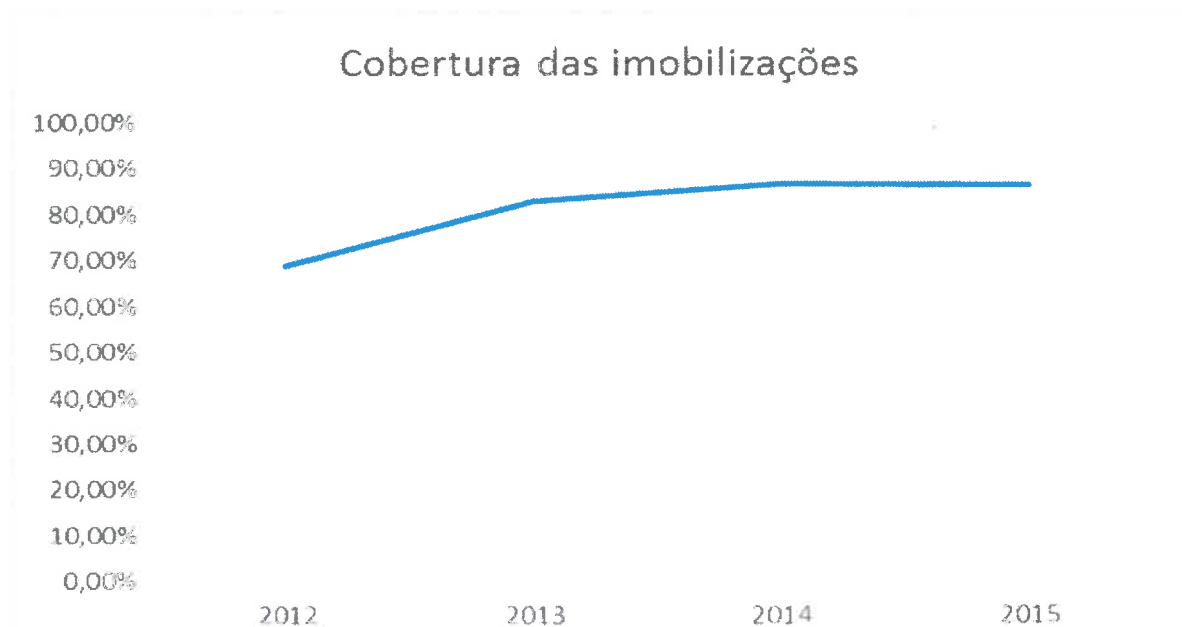


Gráfico 36 - Cobertura de imobilizações



 303